



Nesta edição, a Tribuna de Debates nº 2

Em todo o Brasil, seminários promovidos pelos diretórios estaduais aprofundam a discussão sobre os temas do 9º Congresso. Em São Paulo, o primeiro debate do seminário foi sobre *Globalização, mito e realidade*.

Na Tribuna de Debates,

você encontrará artigos sobre a avaliação da economia mundial, feita nos documentos, e propostas sobre atuação dos comunistas na luta ecológica, no movimento social, além de discussões sobre finanças partidárias e organização de base.

A Classe Operária



R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

Revolta policial em Minas revela degradação do 'Brasil Real'



Os baixos salários provocaram revolta na PM mineira que realizou protestos contra o governo do Estado e conquistou reajuste. O Exército foi chamado para proteger o Palácio da Liberdade e o Governador. Um soldado foi morto. Os baixos salários atingem todo o funcionalismo e mostram a face cruel do "Brasil Real" de Fernando Henrique. **Página 3**

Presidente da Albânia reconhece derrota

O presidente da Albânia, Sali Berisha, reconheceu, no dia 30 de junho, a derrota do seu Partido Democrático para os socialistas nas eleições parlamentares. Ele prometeu respeitar o resultado. Os socialistas, que conquistaram perto de 60 dos 115 assentos do parlamento, querem que Berisha renuncie. Pouco antes de a violência explodir na Albânia ele foi indicado para um novo mandato de três anos.

Ministro-chefe da Casa Militar, Mendes Cardoso, considerou tiro que matou cabo Valério "uma sorte muito grande"

China retoma Hong Kong

A China assumiu, dia 1º, o controle de Hong Kong e seus territórios continentais. O príncipe Charles fez o discurso oficial que marcou o adeus britânico, após 156 anos de ocupação: "Nossos laços com Hong Kong irão continuar. Não vamos esquecer vocês. Acompanharemos vocês nessa nova era." Um público estimado de 1 bilhão de pessoas acompanhou pela televisão a devolução de Hong Kong.

A colônia passa a ser um território com certa autonomia, dentro da política de "um país, dois sistemas".

O primeiro contingente de tropas do Exército Popular da China cruzou a fronteira de Hong Kong para assumir a defesa da região. As tropas estão usando um novo uniforme, especialmente desenhado para a guarnição do novo território chinês.

Hong Kong, com sua alta renda

per capita e mercado financeiro entre os mais importantes do mundo, é a última colônia importante que perde o Reino Unido. Para a China, a volta da ilha, que lhe foi surrupiada durante a Guerra do Ópio quando era apenas um terreno rochoso onde moravam pescadores, representa um grande momento político.

Página 17

25 de julho, Dia Nacional de Luta

PCdoB e demais partidos de oposição realizam atos em todo o país, juntamente com a CUT, MST, UNE, UBES, Conam e demais entidades populares, repudiando a política neoliberal de FHC e exigindo a reforma agrária. O 25 de julho é o Dia do Trabalhador Rural. Em São Paulo o ato acontecerá na Avenida Paulista.

CONTRIBUA PARA A REALIZAÇÃO DO 9º CONGRESSO DO PCdoB



Participe da promoção do 9º Congresso. Prêmios de R\$ 1,00 a R\$ 5 mil! Entre em contato com o PCdoB-GO, rua 232, nº 50, Setor Leste Universitário, Goiânia, Goiás, CEP 74095-400. Fundação Memorial Zilabris ou no Comitê do PCdoB mais próximo

Miséria da sociologia

No discurso de abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, pronunciado dia 24 de junho, o presidente Fernando Henrique falou como candidato. E falou como quem não tem nenhuma responsabilidade com a realidade vivida pelo país.

No tom professoral que lhe é peculiar, deu uma aula de sociologia da pobreza, tentando ensinar ao mundo a fazer o que ele mesmo não faz em nosso país. Alguns exemplos: "A nova Política Nacional Integrada para a Amazônia busca reorientar o crescimento econômico e valorizar o homem amazônico", disse FHC. Qual reorientação econômica? A tão desejada reforma agrária? Qual valorização do homem

amazônico? Os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, para ficar apenas nos massacres ocorridos na Amazônia?

Sobre os desafios que se colocam pela frente, o presidente falou em "redobrar nossos esforços no combate à pobreza". Isso quando o modelo econômico por ele implementado, o neoliberalismo, condena milhões ao desemprego, no Brasil e no mundo. Pesquisa do *Datafolha*, divulgada no domingo, 22 de junho, colocou como consequências imediatas do Plano Real, em seus três anos de existência, o corte no emprego e a flexibilização ilegal dos contratos trabalhistas (com terceirização e contratação de autônomos), que conta com a omissão criminosa e cúmplice do governo na fiscalização.

FHC posou de democrata, advogando que se reforce "a presença construtiva das ONGs no debate social, envolvendo trabalhadores e empresários". Trata-se do mesmo FHC que tem cerceado a participação das entidades sindicais no Mercosul e em outros fóruns de discussão de políticas econômicas e sociais. O mesmo FHC que foi condenado pela Organização Internacional do Trabalho devido aos ataques que realizou contra os petroleiros, enviando as

Forças Armadas para as refinarias, violando acordos assumidos e intervindo em sindicatos. O mesmo FHC que ameaçou com a força das "baionetas" ONGs, como o Movimento

R\$ 57 milhões em propaganda institucional, através da publicidade de estatais como o Banco do Brasil, Telebrás, Embratel, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Petrobrás e Caixa Econômica Federal. Quase a

metade - 42% - dos R\$ 180 milhões gastos com publicidade por essas estatais foi utilizada para promover o governo FHC e seu Plano Real, e não para divulgar os serviços e produtos fornecidos por essas empresas. Durante a votação da emenda da reeleição, o Banco do Brasil fez a campanha do Simples, cobrança

simplificada de impostos (atribuição da Receita Federal) e promoveu temas agrícolas (atribuição do Ministério da Agricultura); a Caixa Econômica Federal divulgou o "Comunidade Solidária", da mulher do presidente, Ruth Cardoso; a Petrobrás chegou a pagar pela divulgação da reforma do Palácio Rio Negro, em Petrópolis (RJ)!

FHC tenta esconder as imensas e dramáticas mazelas da sociedade brasileira, inventando através da propaganda o seu "Brasil Real". O problema é que há distância entre o "Brasil Real" e a realidade. Os recentes e dramáticos acontecimentos de Minas, com a verdadeira sublevação de policiais reclamando melhores salários, dão mostras de reação à piora gradativa das condições de vida de setores cada vez mais amplos da população.

Em consonância com o descontentamento popular, os setores e entidades que se opõem ao projeto neoliberal e ao governo FHC, avançam na construção de sua unidade. As atividades que estão sendo convocadas para o dia 25 de julho, de protestos e lutas, podem resultar numa grande ação nacional de repúdio à atual orientação política e econômica do governo. Um grande acontecimento nacional.

Sem Terra e a Central Única dos Trabalhadores, que têm organizado manifestações e atos em defesa dos direitos sociais e trabalhistas dos brasileiros.

Propaganda enganosa

De volta ao Brasil, o presidente prepara uma grande ofensiva publicitária para registrar os três anos do Plano Real. Entrevistas, dados manipulados, comentários favoráveis... tudo está sendo organizado para mostrar que, finalmente, vivemos no melhor dos mundos possíveis, comandados pelo melhor presidente possível que, veja só que felicidade, é candidato à reeleição!

E o governo brasileiro tem se mostrado ousado em suas campanhas, mesmo que para isso viole as leis. Durante o período em que estava em discussão na Câmara a emenda da reeleição, além de comprar votos de deputados, o governo também aumentou seus gastos com propaganda, chegando a investir até 56% dos recursos destinados a esse fim, entre dezembro de 96 e fevereiro de 97. Somente a Petrobrás gastou R\$ 11,4 milhões com propaganda do governo, enquanto a Caixa Econômica Federal gastou R\$ 7 milhões promovendo o governo FHC.

Em 1996, o governo gastou



Pereira, Gomes, Sorrentino e Urbano debatem a globalização

São Paulo realiza ciclo de debates sobre o 9º Congresso do PCdoB

Da resistência à alternativa é a chamada do ciclo de debates promovido pelo Instituto Maurício Grabois e Comitê Estadual do PCdoB de São Paulo em torno dos temas centrais do 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil. A primeira mesa dos debates ocorreu no dia 27 de junho e as demais se estenderão até o dia 12 de julho de 1997.

O primeiro tema abordado foi *Globalização, mito e realidade*, aprofundando as questões da crise estrutural do capitalismo, a hegemonia e contradição na chamada nova ordem, globalizada e interdependente, e, ainda, a resistência ao neoliberalismo.

Na abertura das discussões o presidente do PCdoB-SP, Walter Sorrentino, expôs que o Partido, através de seu 9º Congresso, procura dar a sua contribuição à luta não só de resistência contra o neoliberalismo, mas também para que essa resistência possa se desdobrar na luta pelo socialismo renovado em nosso país e no mundo.

As exposições de Luiz Marcos Gomes, Miguel Urbano Rodrigues e Duarte Pacheco Pereira abriram os debates do ciclo, que, pelo nível de suas intervenções, prometem um seminário rico e atual.

Mesmo em uma noite com diversas atividades concorrentes, como posse da UEE/SP,

plenárias sindicais de preparação dos Congressos da CUT, dentre outras, a primeira mesa do ciclo de debates envolveu 150 pessoas e promete atrair muitos mais participantes nas próximas mesas até o dia 12 de julho.

Os debates discutirão toda a pauta de abordagem das teses: *O Brasil no rumo neoliberal* com o deputado federal Aldo Rebelo, César Benjamin e Luiz Gonzaga Beluzzo (dia 30 de junho); *Brasil em luta: da resistência à alternativa* com Renato Rabelo, Aloísio Mercadante, João Pedro Stedille, Neiva Moreira e Célio de Castro (dia 7 de julho); *Atualidade do Partido de Classe* com João Batista Lemos, José Carlos Ruy e Lincoln Secco e *Espaço e papel do PC do B no século XXI* com Walter Sorrentino, Loreta Valadares e Altamiro Borges (dia 12 de julho).

A iniciativa do Comitê Estadual do PC do B de São Paulo e do Instituto Maurício Grabois reflete o espírito de construir o 9º Congresso em interlocução permanente e aberta com a sociedade e seus representantes. A partir das opiniões oferecidas pelas teses, ouvir as opiniões de companheiros e amigos, sem restrições, de dentro e fora do Partido, para enriquecer o debate e o entendimento das questões que envolvem a nossa luta - que não é pequena, nem simples.

Ibope revela: brasileiro prefere o socialismo!

Pesquisa realizada pelo Ibope entre os dias 11 e 18 de junho, com 3 mil eleitores em todo o país, revelou: 43% dos brasileiros escolheriam o socialismo para viver; em segundo lugar ficou o capitalismo, com 37% de escolha, 13% não opinaram, 5% optaram pelo comunismo e 2% não quiseram uma das alternativas. A pesquisa foi realizada a pedido da Funda-

ção Milton Campos (do PPB, de Maluf), e apurou que FHC é rejeitado por 31% dos brasileiros. Nas respostas espontâneas sobre as medidas que mais desagradaram a população, em primeiro lugar veio a privatização da Vale, apesar de toda a campanha publicitária que o governo fez a seu respeito. A política de criação de empregos: recebeu nota 3,1.

EXPEDIENTE

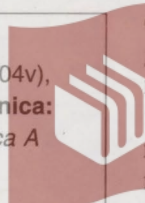
Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) - Editoração Eletrônica:

Marco Black - Administração: Eriberto Muniz. Publicação quinzenal da Editora Jornalística A

Classe Operária - rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP

CEP 01318-020 - Fone: (011) 604 4140 - Fax: (011) 606 0412

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>, E-mail: agrpncipios@ax.ibase.org.br



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



O disparo que atingiu na tarde do dia 24 de junho, terça-feira, o cabo Valério dos Santos Oliveira, resvalou para o Palácio da Liberdade e atingiu em cheio as pretensões de reeleição do governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo.

Baixos salários provocam revolta na PM mineira

Clóves Geraldo

O acordo para pôr fim à greve da Polícia militar, cujo contingente é de 55 mil homens, saiu no final da tarde de 26, quarta-feira, devido às pressões do alto comando da PM, dos oficiais reformados da tropa, das lideranças do movimento grevista e do arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo e do comandante do 4º. Batalhão da Região Leste do Exército, general José Lopes da Silva. "O Exército veio aqui e pressionou Azeredo, dizendo que ele tinha de resolver porque, senão, criaria um problema para Fernando Henrique a nível nacional, pois a crise da PM de Minas está repercutindo em outros Estados", explica o deputado Gilmar Machado (PT), um dos integrantes da comissão de parlamentares que intermediou as negociações.

Lei Delegada

A crise que só agora veio a público, foi aberta em maio, com a concessão de aumento, que variou de 21,4% a 100%, apenas para oficiais da Polícia Militar, delegados da Polícia Civil e funcionários do alto escalão do Executivo. Embora o governo tenha posto fim à greve da Polícia Militar, com o aumento do piso de R\$ 415,00 para R\$ 615,00, os demais 445 mil servidores continuam reivindicando reajuste de 39%, para cobrir as perdas salariais registradas no governo Azeredo. E podem entrar em greve geral no dia 21 de agosto, paralisando setores essenciais como saúde, educação, Polícia Civil, além dos funcionários da administração indireta (autarquias e estatais). "O governador insiste em desconhecer a situação verdadeira do funcionalismo. Estamos decretando estado de calamidade no serviço público"- desabafa Maria Raimunda Nunes, diretora da União Nacional dos Servidores Públicos do Brasil.

O comportamento de Azeredo, de seu vice, Walfrido Guia, espécie de eminência parva da administração, dos secretários de Administração e Recursos humanos, Cláudio Mourão; e da Fazenda, João Heraldo Lima, deixou um saldo de



O ministro-chefe da Casa Militar, Alberto Mendes Cardoso, declarou em Brasília que "o tiro foi 'sorte' e ajudou a encerrar a greve".

descontentamento na população, no setor de segurança, na oposição e nas próprias bases do governo do Estado. O próprio líder do PSDB na Assembléia Legislativa, deputado Péricles Ferreira, disse que "houve erro de avaliação de elementos do

comando, que subestimaram a dimensão do problema". Mas a crítica resvala para o próprio Legislativo, por ter concedido a Azeredo, através da chamada Lei Delegada, de março de 1990, poderes para conceder aumentos salariais por decreto,

O estado de saúde do cabo Valério dos Santos Oliveira, 36 anos, baleado no dia 24 de junho, foi um dos mais bem guardados segredos da área de segurança mineira, durante cinco dias. Para evitar que houvesse revolta na tropa, as informações secaram. Isso terminou acontecendo no sábado, quando foi divulgada a sua morte.

Os desencontros começaram logo no dia seguinte à sua internação, no Hospital do Pronto Socorro de Belo Horizonte. A médica chefe da Emergência, Betty Kopit, havia informado pela manhã que a bala que o vitimou "entrou pelo lado direito da cabeça, na altura da testa, e saiu pelo lado esquerdo". Mas, à tarde, divulgou outro boletim dizendo que a "bala teria entrado de lado, mas saído pela nuca do policial".

Suspeitas

Igual desencontro, despiste e desinformação, ocorre com as suspeitas sobre quem, realmente, disparou contra Valério Oliveira. Três testemunhas - o detetive Marcos Lima Maciel,

até o dia 31 de dezembro de 1997, prorrogável por mais seis meses.

"Após a concessão dada pela Assembléia, Azeredo administra o Estado como verdadeiro imperador. Isso nós não aceitamos. Não temos a quem fazer cobrança, porque o governador desconhece as entidades sindicais. E não temos um parlamento para fazer pressão sobre ele", desabafa Renato Barros, diretor da Coordenação Sindical, entidade que congrega 18 sindicatos de servidores mineiros.

Depois do confronto na praça da Liberdade, que vitimou o cabo Valério Oliveira, o Legislativo apressou-se em intermediar as negociações, por meio de uma comissão de cinco membros.

Pior governo

"Este é o pior governo que temos que enfrentar. Não há respeito aos direitos conquistados pelo funcionalismo, nem prestação de serviços à população. O

que há é total interesse em acabar com os serviços públicos", explica a presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais, Geromira Martins Abreu. Nestes quase três anos de gestão, o governo manobrou de todas as formas. Começou com a chamada demissão voluntária e chegou à manipulação de índices salariais. Entre eles a elevação do piso salarial só quando sobe o salário mínimo, computação de gratificações de trabalho extraordinário como aumento; e até divulgar como seus, os reajustes dados por governos anteriores".

As lideranças sindicais reclamam hoje da situação precária que atravessa o funcionalismo. "A sociedade está vendo o sucateamento que ocorre em áreas como saúde, educação, segurança. Mas o que também lamentamos é a falta de uma política salarial para os servidores", afirma o líder sindical Renato Barros.

Disparo controvertido

clusiva de oficiais da PM. As mesmas testemunhas afirmam que, numa ação rápida, o coronel Eleutério teria passado para um soldado um revólver 38, e partido numa rádio patrulha, escoltado por outros militares.

Quando o confronto estabeleceu-se, o governador Eduardo Azeredo e seu vice, refugiaram-se no Palácio das Mangueiras. Azeredo ligou para o presidente em exercício, Marco Maciel, e pediu que as tropas do Exército fossem enviadas para dar segurança ao Palácio da Liberdade e a ele próprio. As tropas ocuparam com 80 carros de combate a Praça da Liberdade, fronteira com o palácio do governo.

Espanto

As reações à presença dos soldados em uniforme de campanha foram de espanto. Para 53% da população, essa exibição de força era desnecessária e demonstrou fraqueza do governador Eduardo Azeredo, que mandou abrir 18 inquéritos. A maioria deles tenta enquadrar a tropa por insubmissão, motim e tumulto. Uma das reivindicações da comissão de negocia-

ção é de que não haja represália ou punição aos grevistas. "Na realidade, a categoria está mobilizada internamente há uns cinco anos. A coisa piorou por causa deste governo, que é péssimo na administração do pessoal", condenou o motorista Oscar Nunes.

Perícia

O diretor de Medicina Legal da Unicamp, Fortunato Badan Palhares, assumiu a perícia da morte de Valério. E trouxe à lembrança a polêmica autópsia de PC Farias. O delegado de Homicídios de Belo Horizonte, Marco Antônio Teixeira, recolheu restos de sangue no local onde o cabo foi baleado e o revólver 38 que foi entregue na correria pelo coronel Eleutério a um soldado; e fez exames de restos de pólvora nas mãos do oficial. Ninguém falava sobre o destino da pistola 9 milímetros ou se a bala que atingiu Valério partiu dela. Os próprios estilhaços que estavam em sua cabeça e no pescoço de Betty Kopit foram perdidos durante as várias cirurgias pelas quais ele passou.



A aprovação da Lei Geral das Telecomunicações consoma a privatização do chamado negócio do século. Mas nenhum negócio é compensador quando se trata de comprometer o desenvolvimento tecnológico armazenado na Telebrás

Do público para o privado

Inácio Arruda

São tão diversos os ângulos pelos quais se pode examinar o tema das telecomunicações, quanto é vasto e profundo seu campo de conhecimento. Creio que é mais apropriado abordá-lo por seu ângulo histórico sem, contudo, percorrer o caminho de uma maçante e prolongada viagem pelo tempo. Basta lembrar que Graham Bell, o pioneiro da telefonia, também conhecido entre os empresários do setor, um dia teve diante de si o dilema da comunicação. Depois disso, uma pessoa qualquer teve diante de si uma manivela, um fone de ouvido e o desejo de se fazer ouvir e de ouvir alguma voz do outro lado da linha. E conseguiu.

Muito bem. Agora tente se imaginar num espaço onde tudo é gigantesco e onde a telefonia conseguiu - ao lado da informática e de outras maravilhas que deixaram longe o contato humano remoto movido à manivela - desenhar, formatar e, enfim, dominar a comunicação humana à distância, envolvendo todo o planeta.

Chegue ao mundo dos bilhões de dólares e penetre na esfera dos meganegócios, onde a AT&T, um gigante planetário das telecomunicações, e a SBC, operadora do ramo nos EUA, acertam um acordo de fusão recordista na história. Esta transação, estimada em US\$ 50 bilhões, comporia uma megaempresa com uma receita anual superior a US\$ 80 bilhões. Estaria formado um truste sem par na história: as duas empresas fundidas mandariam em 60% do mercado nos EUA. Acontece apenas que, lá, os concorrentes em pânico podem acionar uma certa lei antitruste.

Universal é o lucro

Agora venha para o Brasil e examine o que se passa. Um dia, há algumas décadas, a telefonia brasileira esteve, literalmente, quebrada, e, das cinzas, nasceu frondosa. Hoje, o ministro Sérgio Motta diz que a Companhia Vale do Rio Doce pode ser até doada por US\$ 3 bi, mas o Sistema Telebrás (STB) não será vendido por menos de US\$ 80 bilhões.

Há razões para isto. O STB, uma potência equivalente a uma Baby Bell dos EUA, é o grupo mais rentável do País, e, somente em 96, apresentou um lucro líquido aproximado dos US\$ 3,3 bilhões, o maior da história do

Brasil, desde o seu descobrimento! Somente seu lucro líquido no primeiro trimestre de 1997 (US\$ 862 milhões) foi superior ao lucro do maior banco privado do país, o Bradesco, durante todo o ano de 1996.

O STB conta com o quinto maior centro de pesquisa em telecomunicações de todo o planeta, o CPqD de Campinas, desenvolvendo materiais em fibra ótica, centrais de telefonia, antenas parabólicas e softwares. O STB é o 12º operador de telecomunicações do mundo, com 19 terminais de telefonia convencional e mais três milhões de terminais celulares, além de três satélites (e mais um previsto para este ano).

Nos últimos anos, tem sido responsável pela metade do pregão da Bolsa de Valores de São Paulo; ou seja, 50% da Bovespa são de ações da Telebrás; os outros 50% são das demais empresas. A Telebrás possui o sistema acionário mais democratizado do mundo, envolvendo cerca de seis milhões de acionistas. A União detém apenas 51% das ações com direito a voto e 21% das ações sem direito a voto.

O STB atende todas as vilas, povoados, distritos e municípios do Brasil, numa rede que abrange mais de 20 mil pontos de acesso, inclusive nas localidades mais remotas da região amazônica. O ministro Motta, que com certeza conhece o gigantesco mundo da telefonia, trata com desdém um outro fato: o de que em todos os casos qualquer mudança neste mundo envolve toda a sociedade. Ou a ciência, com uma de suas criações, a telefonia, deveria servir apenas ao desejo do ministro Sérgio Motta e ao reducionismo de suas declarações numéricas, financeiras? Ou seria destinada, a telefonia, à exploração do serviço pelas megaempresas, sem nenhum compromisso com a sociedade?

A legislação das telecomunicações evoluiu no mundo inteiro desde o telefone à manivela, adequando sua letra às necessidades sociais. Mesmo na economia de mercado, seu objetivo de universalização deveria ganhar sentido; ainda que, nesta economia, sua máxima seja a da expansão do lucro,

atender a todos deveria significar lucrar com todos. Acontece que todos não são lucrativos e regiões inteiras de um país com as dimensões do Brasil, em desenvolvimento e com expansão freqüente de fronteiras agrícolas, com uma crescente demanda em serviços nem sempre lucrativos, necessitam da intervenção pública que garante este interesse público, social.

As grandes empresas não foram liberadas de contribuir com a universalidade dos serviços em nenhum país considerado importante no mundo; pelo contrário, estiveram sempre submetidas aos objetivos nacionais e sociais. Dois exemplos. No *Telecommunications Act of 1996*, dos EUA, a universalidade é de responsabilidade das empresas operadoras interestaduais. Na França, os fornecedores de serviços universais são remunerados pelos operadores que demandam interconexão, com uma sobretaxa que é usada na manutenção desses serviços. Aqui, o que se pretende com uma legislação apressada, é fazer com que orçamentos da União, estados e municípios joguem a toalha sobre os supostos déficits operacionais de empresas privadas advindos dos serviços universais prestados.

Novo entreguismo

Mas, que déficits poderiam

existir? A situação atual do Sistema Telebrás, que poderia ser ainda melhor, foi examinada em relatório do Tribunal de Contas da União. O voto do ministro relator, Fernando Gonçalves, é revelador do comportamento do Estado brasileiro no momento em que o governo Fernando Henrique trata de repassar à iniciativa privada mais este filão de ouro:

"A análise do STB traz à baila a questão da política tarifária praticada que, em face de sua não vinculação aos custos dos serviços prestados, provocou um déficit no ingresso de recursos no Sistema estimado em torno de R\$ 16 bilhões. A equipe de auditoria considera que o montante acumulado a título de insuficiência tarifária teria possibilitado a instalação de quase 12 milhões de terminais telefônicos (...) O custo anual do serviço telefônico no Brasil, da ordem de US\$ 224.00, aparece como um dos mais baixos dentre uma seleção de países (...) Entretanto, comparando-se, não em valores absolutos, mas sim relativos (levando-se em conta a renda média do povo), a cesta telefônica do Brasil é uma das mais caras".

No entanto, diz o ministro "inegavelmente, o Poder Executivo vem imprimindo velocidade ao processo da reforma das telecomunicações". Ou seja, in-

viabilizando o serviço público e agilizando o interesse privado. O ministro do TCU acrescenta, traçando um paralelo entre as privatizações realizadas e a transferência da concessão dos serviços de telecomunicações, o noticiário de alguns jornais, entre estes *O Globo* (09/04/97) - "Uma licitação pública nas dimensões da que está sendo realizada para concessão dos serviços de telefonia móvel na chamada banda B praticamente não tem precedentes no país" e a *Folha de São Paulo* (03/04/97), segundo a qual "o governo espera arrecadar R\$ 6 bilhões com a concorrência". E acrescenta que, "na fase seguinte, é noticiado que o governo pretende arrecadar pelo menos R\$ 100 bilhões com a privatização de todas as 27 empresas do sistema Telebrás mais a Embratel (esta cotada em pelo menos R\$ 20 bilhões)".

Novo filão

Trata-se, então, da última palavra em privatizações, na qual a concessão de serviços públicos à iniciativa privada emerge como o novo estágio da desestatização. Aliás, trata-se mesmo do estágio superior do velho entreguismo, visto que são forâneos os capitais paraquedistas do setor público brasileiro. Como este é o mais valioso corte no açougue do capital internacional, as teles rendem muito mais que os R\$ 13,69 bilhões que o governo avalia ter arrecadado entre 1991 e 1996 com a venda de 22 empresas estatais, permanecendo aqui nos dados aceitos pelo ministro do TCU, coletados na Divisão de Privatização da 9ª Secex.

Mas nenhum preço é compensador quando se trata de comprometer a preservação de nossa capacidade em pesquisa e desenvolvimento tecnológico armazenada na Telebrás. Diz o relatório do TCU acerca da importância do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD):

"Sem dúvida, o CPqD desenvolveu tecnologias tão importantes, nas áreas de comunicações óticas, sistemas de software para gerenciamento e automatização de redes, tornando-se um centro de pesquisa de excelência, que seria inaceitável, do ponto de vista do interesse público, que a reforma das telecomunicações pudesse vir a toalhê-lo".

* Deputado federal
PCdoB/CE





Está em curso um processo de negociata nas telecomunicações inédita na história do Brasil quanto imensa rentabilidade que o Sistema Telebrás poderá proporcionar aos urubus de todo gênero que rondam o patrimônio nacional

Agências atropelam a Constituição

Inácio Arruda*

A Lei Geral de Telecomunicações revogou a Lei nº 4.117, de 1962, que é o Código Brasileiro de Telecomunicações, com mais de 200 artigos. Contudo, tramitou como lei ordinária, sem tempo para amadurecer.

Fala-se da necessidade de órgãos reguladores fortes e independentes. Mas, como é mesmo que atuam esses órgãos? O exemplo corrente é o do Banco Central, que legalmente deve organizar o mercado financeiro e defender a moeda nacional. Como órgão regulador, ao invés de defender os interesses do Estado junto ao mercado, defende o mercado junto ao Estado; é, na prática, um representante do mercado financeiro. Essa concepção cria representantes dos cartéis econômicos que hegemonizam setores importantes da economia, dominando esses órgãos reguladores. Daí, os superpoderes que, no caso da Agência das teles, atropelam a Constituição e a legislação, tornando a licitação dispensável e irrecusável a requisição de funcionários.

Fiscalizar é preterir os interesses do Estado e da população, já que os recursos das concessões vão para o órgão regulador, e em benefício das empresas de telecomunicações e de radiodifusão, que praticamente não contribuem para a sua fiscalização. E, por que deveriam contribuir? A própria legislação que o governo elaborou diz que "a fixação das dotações orçamentárias da Agência na Lei do Orçamento Anual e sua programação orçamentária e financeira de execução observarão os termos do planejamento próprio e não sofrerão limites nos seus valores para movimentação e empenho".

Ora, quem pode fixar as dotações orçamentárias, com a Lei Orçamentária anual, é o Congresso Nacional, numa proposição que depois vai à sanção presidencial. Nenhum órgão, nenhuma autarquia por mais especial, tem o direito de fixar a própria dotação orçamentária.

Desse modo, o órgão fiscalizador poderia determinar que os produtos das operações de crédito contratadas no País e no exterior, e os rendimentos das operações financeiras realiza-

das, pertençam à própria Agência. Mas como, se nenhum Ministério - muito menos da área social - conta com esta prerrogativa? Mais grave ainda é como o governo concebe o Fundo de Universalização. Enquanto as empresas são públicas, nenhum recurso do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é transferido para o Sistema Telebrás; mas, com a privatização das empresas, o Orçamento financeira a universalização dos serviços.

Enfrentando gigantes

O governo adotou o modelo dos EUA, de divisão da empresa estatal de telecomunicações. Ao invés da concorrência, mas com uma empresa estatal sólida e sustentada numa economia de escala, capaz de desenvolver projetos de pesquisa na área de telecomunicações, temos no Brasil uma proposta de fragmentação da empresa. Desse modo, como o interesse maior é do capital internacional, espe-



cialmente dos EUA, o governo federal recua pelo menos um século, ao tempo em que se dizia que é muito mais barato importar bens de consumo do que fabricá-los.

Está em curso um processo de autofagia nacional e empresarial e uma negociata tão iné-

dita na história do Brasil quanto a imensa rentabilidade do Sistema Telebrás poderia proporcionar aos urubus de todo gênero que rondam o patrimônio público. Um jogo sujo de bilhões para beneficiar os maiores cartéis inflacionará o preço do voto de cada parlamentar da

base governista e da ação de cada executivo estatal disposto a vender seus préstimos.

Se, por um lado, é necessário reestruturar a Telebrás diante das necessidades do mundo de hoje, por outro, é indispensável a preservação de sua integridade, enfrentando e participando deste mundo "competitivo" global. A Telebrás é equivalente a um gigante norte-americano tipo *Baby Bell*, com seus 15 milhões de assinante, US\$ 16 bilhões de faturamento anual, um centro de pesquisas do porte do CPqD, uma retaguarda industrial incorporando empresas respeitáveis como a NEC, Equitel, Promom, Xtal e muitas outras.

Pode, portanto, adotar estratégias que asseguram o sucesso de empresas do porte das *Baby Bells* ou das "telecons" européias, participando inclusive de consórcios internacionais com outras potências do setor, destinando seus serviços ao Mercosul e à América Latina. Para sobreviver íntegra e crescer neste mundo de gigantes, contudo, precisa do lastro que somente a dignidade nacional, aliado ao interesse público e ao bom senso empresarial, pode conquistar.

* Deputado federal PCdoB/CE

Lei Geral das Telecomunicações

Câmara consome privatização

A Lei Geral das Telecomunicações (LGT) foi aprovada em plenário por 312 votos a 90, com três abstenções. O projeto fixa as bases do processo de privatização do Sistema Telebrás e suas associadas como Embratel, Telesp, Telebrás, Telerj. Pouco antes da votação do substitutivo do deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) chamava a atenção para os riscos da aprovação do projeto.

Na opinião do parlamentar, o mais grave é que a Agência Nacional de Telecomunicações (ANT), que substituirá a Telebrás, definirá a política de telecomunicações do País para o setor privado, sem qualquer interferência do Poder Executivo no regime privado, o que fere a concepção do poder regulador. Miranda advertiu, ainda, para o fato do projeto delegar ao ministro Sérgio Motta todo o poder de decisão sobre o processo de privatização das teles.

"Esse projeto acaba com a Comissão Nacional de Deses-

ta, composta por seis ministros. Ele revoga a Lei das Concessões, a Lei 8.666 (das licitações) e dá ao ministro o direito de definir como serão reagrupadas as teles", alertou Miranda.

Ao analisar a nova LGT, ainda em maio, quando o governo tentava forçar a votação do substitutivo em meio às denúncias de compra e venda de votos para a reeleição de FHC, o deputado advertia: "Com a transferência para o Ministério das Telecomunicações do dinheiro de todas as concessões e privatizações, o Congresso estará abrindo mão de uma verba que teria de compor o Orçamento Geral da União, como determina a Constituição em



seu artigo 48". O chamado setor do século vai movimentar cerca de R\$ 10 bilhões por ano, engordando o caixa do Ministério das Comunicações, sem que a sociedade saiba o que estará sendo feito com essa verba.

Liberdade de preços

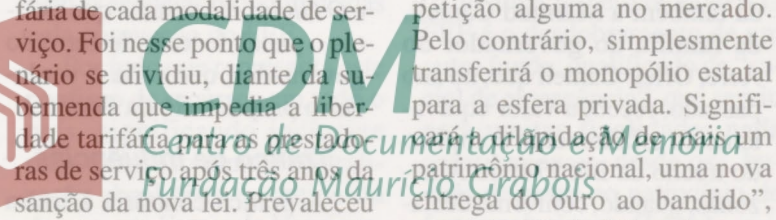
A Agência Nacional de Telecomunicações ficará encarregada de fiscalizar a exploração do setor e fixar a estrutura tarifária de cada modalidade de serviço. Foi nesse ponto que o plenário se dividiu, diante da submissão que impedia a liberdade tarifária. O deputado Roberto Campos (PPB-RJ) defendeu a sanção da nova lei. Prevaleceu a posição do PFL, de favoreci-

mento às empresas em detrimento do consumidor.

"Um Poder que entrega de mão beijada as suas prerrogativas, o seu poder de decisão, o interesse de suas bases, será, depois de derrotado, humilhado; depois de humilhado, não jogará papel algum", observou Miranda, instando os deputados a votarem contra o substitutivo do deputado Alberto Goldman.

Em um único item, a sanção entreguista foi contida. Foi derrotado o destaque do deputado Roberto Campos (PPB-RJ) que retirava da União a prerrogativa de limitar a participação de capital estrangeiro em empresas de telecomunicação.

"A nova lei das Telecomunicações não estabelecerá competição alguma no mercado. Pelo contrário, simplesmente transferirá o monopólio estatal para a esfera privada. Significará a dilapidação de nosso patrimônio nacional, uma nova entrega do ouro ao bandido", concluiu Sérgio Miranda





O envolvimento do governador Amazonino Mendes, do Amazonas, com a compra de votos para a reeleição, permite que o país tomasse conhecimento das práticas ilegais e truculentas que ele e seu grupo político utilizam para permanecer no poder

Relações perigosas no governo do Amazonas

Sebastião Raposo

O comportamento do governador há muito tempo vem sendo denunciado pelo deputado Eron Bezerra, líder do PCdoB na Assembléia Legislativa do Amazonas. Para tentar convencer as pessoas e abafar as denúncias, o governador utiliza de campanha maciça de mídia, paga com recursos públicos.

"Entretanto, somente ele e os integrantes de seu grupo político conseguem ver os resultados positivos de seu governo", comenta o deputado Eron Bezerra, acrescentando que, cada vez mais, diminuem as atividades econômicas do interior do Estado e são agravados os problemas sociais, particularmente na capital, Manaus, para onde se dirigem as populações desassistidas do interior.

A continuação dos desmandos administrativos e a impunidade são garantidas pela maioria de deputados aliados ao governador na Assembléia Legislativa, a benevolência dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE), quase todos indicados por Amazonino Mendes, e a omissão do Ministério Público Estadual.

Paraíso das empreiteiras

A partir da análise dos contratos para a execução de obras e serviços, publicados no Diário Oficial do Estado, Eron Bezerra chegou à conclusão de que as concorrências para grandes obras são direcionadas para beneficiar determinadas empresas que, agora com registros da Junta Comercial do Amazonas, ficou comprovado que pertencem a pessoas do círculo de amizade do governador. Capa, Exata e Econcel, todas pertencentes a amigos do governador, estão no grupo das empresas que mais construíram obras em Manaus e nos municípios do interior do Estado, durante a administração de Amazonino Mendes.

Neste grupo deve ser incluída também a Marmud Cameli, da família do governador do Acre, Orleir Cameli que, no ano passado, recebeu valor equivalente ao asfaltamento completo do trecho da BR 174, no Amazonas, quando, conforme declaração do Departamento Nacio-



nal de Estradas de Rodagem (DNER), já haviam nove quilômetros concluídos. Agora foi revelado por Guilherme Duque Estrada, ex-secretário particular de Cameli, que, em troca, as empresas, cujos proprietários têm ligações com Amazonino Mendes, também estão sendo beneficiadas com obras no Estado do Acre.

Nesse mar de irregularidades e desvio de dinheiro público, merece destaque o nome do empresário Fernando Bonfim, que foi presidente das Centrais Energéticas do Amazonas (CEAM) e, até recentemente, ocupava o cargo de presidente da construtora Econcel. Afastado da direção da empresa e, conseqüentemente, do grupo político do governador, em razão de divergências com o secretário da Fazenda, Samuel Hannan, com quem ficariam comissões a serem cobradas na compra de 13 geradores de energia elétrica pelo Estado, Bonfim constitui-se agora na principal testemunha das práticas ilegais de Amazonino Mendes. Em fita cassete entregue aos jornais *Correio Brasiliense* e *O Globo*, ele assume que exercia o papel de testa-de-ferro do governador, que seria o verdadeiro proprietário da Econcel.

Tráfico de influências

A prática contrária à lisura e transparência administrativa

não está restrita ao governador. Ela se estende também, como mostrou o deputado Eron Bezerra, através de documentos, aos secretários estaduais que utilizam o tráfico de influência para obter vantagens financeiras. Isso ficou evidente na compra de 120 viaturas para as polícias Militar e Civil. A empresa vencedora da concorrência foi Silex Trading, pertencente ao grupo Silex, que teve em seu quadro de diretores os senhores Adroaldo Moura que, na época da compra, era diretor das estatais amazonenses Cigás e Ciampar e, atualmente, ocupa um cargo no Executivo do Estado de São Paulo.

Sigilo bancário

Outro que também constava como diretor do grupo Silex é o secretário da Fazenda do Amazonas, Samuel Hannan. As viaturas, como demonstram publicações do Diário Oficial, foram pagas com valores acima do que estava estipulado no contrato. A segunda parte do pagamento foi suspensa em razão das denúncias feitas por Eron Bezerra.

Recentemente, ao depor na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, no processo sobre a compra de votos, o governador voltou a negar autorização para a quebra de seu sigilo bancário, telefônico e fiscal, o que na opinião de

Eron Bezerra, impede as investigações, ao mesmo tempo em que fica evidente que Amazonino Mendes pretende esconder provas de enriquecimento ilícito e outros fatos.

Entretanto, uma certidão fornecida pelo Cartório da 37ª Zona Eleitoral, contendo a declaração de bens apresentada por Amazonino Mendes para disputar a eleição para a prefeitura de Manaus em 1992, mostra que ele é acionista das empresas Exata e Reta.

Todos esses casos, e mais a retenção de parte do ICMS que deveria ter sido repassado aos municípios, o desrespeito aos direitos humanos com a prática de tortura em presos e seqüestro de suspeitos, foram denunciados por Eron Bezerra ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Estadual e ao Ministério Público Federal.

Está arquivado na Assembléia Legislativa o pedido de formação de uma Comissão de Sindicância, proposto por Eron Bezerra, enquanto o requerimento, que pede a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar todas as irregularidades até o momento não conseguiu o número mínimo de assinaturas para ser levado à votação. Somente o Ministério de Administração dando andamento às investigações.

Impeachment em Santa Catarina

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que o governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira, só poderá ser afastado do cargo quando for decretada a procedência de acusação por crime de responsabilidade no caso dos precatórios, e não como queria a oposição, após a instalação de processo de impeachment pela Assembléia Legislativa.

Paulo Afonso é um dos acusados no escândalo e ingressou com pedido de liminar em ação direta de inconstitucionalidade contra os dispositivos da Constituição do Estado de Santa Catarina e do regimento interno da Assembléia Legislativa que o obrigam a deixar o cargo imediatamente após instauração do processo de impeachment e que permitem, ainda, a sua inegibilidade por oito anos. Pela constituição de Santa Catarina, o processo precisa ser concluído no prazo máximo de seis meses.

O Diretório Municipal do PCdoB em Santa Catarina divulgou nota se posicionando sobre o impeachment de Paulo Afonso, que transcrevemos a seguir:

"Considerando o quadro político estadual, onde o governo do Estado pode ser afastado devido aos escândalos dos títulos precatórios, o PCdoB torna pública sua posição política:

1 - Apóia o pedido de impeachment do governador Paulo Afonso, conforme solicitado pela OAB/SC pois, além dos crimes de responsabilidade pela violação da Constituição, o atual governador tem sido fiel seguidor de FHC e de sua política neoliberal, que são contrários aos interesses da grande maioria da população.

2 - É contrário à cassação do vice-governador pois, com o desdobramento da CPI, novos fatos políticos surgiram. Os velhos caciques das oligarquias catarinenses, sustentáculos da ditadura militar e defensores dos governos Collor e FHC, se rearticularam e viram na cassação, inclusive do vice-governador, uma oportunidade para retomar o governo do Estado pela via indireta, aparelhando-se da máquina, visando facilitar sua vitória eleitoral no próximo ano, com a rearticulação da malfadada "União por Santa Catarina".

Entendemos que ao povo não interessa a simples substituição destes governantes por outros representantes das velhas elites corruptas. O PCdoB apresenta como saída, uma alternativa representada pelas forças políticas do campo popular, que se opõe à atual política que vem sendo aplicada por FHC e seus seguidores no Estado".

João Ghizoni, presidente do Comitê Estadual do PCdoB



O Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República para o Exercício de 1996, do TCU, é um documento que desnuda os efeitos básicos da atual política neoliberal, apontando cortes nos investimentos em saúde, saneamento e outras áreas

TCU desmonta contas de FHC

Luís Carlos Antero

Examinando os aspectos sociais da execução orçamentária em 96, o relatório revela que, "comparativamente às despesas realizadas em 1995, houve uma redução real de 12,55% para educação e cultura; 51,86% para saúde e saneamento; 42,48% para assistência e previdência". Com isto, o governo neoliberal que prometeu, nos cinco dedos presidenciais, investir prioritariamente na produção e no bem estar da população, reduziu drasticamente os recursos para o social, doando a apenas dois bancos (Nacional, R\$ 5,9 bilhões; Econômico, R\$ 5,3 bilhões) mais do que investiu na educação e cultura dos brasileiros (R\$ 9,5 bilhões).

O relatório do TCU enfatiza, entre outras informações, o levantamento do número de analfabetos da Fundação IBGE: 2,3 milhões de crianças entre 11 e 14 anos; 1,3 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos; e 19,2 milhões de pessoas jovens e adultas, totalizando o universo de 22,8 milhões. No entanto, o documento destaca números ainda mais reveladores: os que foram veiculados pela Fundação Getúlio Vargas, com base em informações da ONU, indicando um contingente bem superior, de 32 milhões de analfabetos no Brasil. Não se trata de uma diferença desprezível: são mais quase 10 milhões de pessoas sem a elementar possibilidade de ler ou escrever.

Nos 19 programas do sistema de manutenção e desenvolvimento do ensino foram gastos recursos no valor de R\$ 6,8 bilhões, dos quais R\$ 3,7 bilhões com o ensino superior, correspondentes a 54,3%. No entanto, ao ensino fundamental foram repassados apenas R\$ 67,5 milhões, equivalentes a 1% do total dos gastos. Diz o relatório: "O preceito constitucional que assegura prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório (...) não foi cumprido ao nível federal durante os últimos oito anos".

Ao tratar da saúde, o documento do TCU destaca o SUS e o agravamento das desigualdades regionais: revela que foi destinado um maior volume de recursos para os Estados mais ricos da federação: "Não é a demanda por saúde da população mais carente que determina o fluxo de gastos do SUS, mas a capacidade de oferta de serviços de saúde, tanto em termos quantitativos como



qualitativos, que tem determinado o valor *per capita* dos gastos do SUS". E sublinha que, nas regiões mais ricas, boa parte da população tem acesso à saúde privada não credenciada pelo SUS e aos planos de saúde privados, aumentando o valor *per capita* dos que realmente utilizam o SUS e alargando o abismo entre os serviços de saúde prestados aos Estados mais ricos e aos mais pobres da federação.

Pagamento de juros

O rumo da atual política econômica, de acordo com o que se lê no relatório, não é animador para o país, para os exportadores e, muito menos, para a população, que apenas pode sonhar com investimentos sociais. No exercício de 96, a balança comercial teve um déficit declarado de US\$ 5,5 bilhões, superior ao rombo de US\$ 3,4 bilhões de 95. A conta de serviços apresentou saldo negativo de US\$ 21,7 bilhões contra US\$ 18,6 bilhões em 95. O crescimento resultou das despesas com juros, que somaram US\$ 9,8 bilhões (também superiores aos gastos com educação e cultura) contra US\$ 8,1 bilhões em 95. O Brasil pagou de juros aos credores externos, nos últimos quatro anos e meio, um montante de US\$ 39,6 bilhões. Apesar deste desembolso, a dívida externa total alcançou US\$ 166,7 bilhões até junho, apresentando um crescimento de 4,7% em relação à posição de dezembro de 95. Nos últimos três anos, até junho de 96, a dívida externa cresceu 22,7%. "Sem dúvida um valor considerável", diz o TCU. A conta em transações correntes apresentou um déficit de US\$ 24,3 bilhões (3,3% do PIB), maior que os US\$ 18 bilhões (2,5% do PIB) de 95. Os recursos de longo prazo, representados por empréstimos, financiamentos e investimentos diretos, financiaram 92,7% do déficit em conta cor-

rente no exercício de 96, comparado aos 60,4% em 95.

Em sua conclusão, o relatório recomenda, entre outros aspectos, que o Banco Central "passe a discriminar em seu Boletim Mensal as operações ao abrigo do PROER (...) o que contribuirá para a transparência e análise das operações pelo sistema de controle externo a cargo do Congresso Nacional";

"os próximos Balanços Gerais da União demonstrem, de forma clara e detalhada, a destinação dos recursos provenientes da venda de ações das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, bem como o impacto do recebimento das moedas utilizadas na redução da dívida pública"; "sejam devidamente apuradas (...) as irregularidades gerado-

ras das inadimplências das entidades financeiras privadas com recursos do PROER". Com essas exigências, o TCU coonestas as preocupações da sociedade brasileira quanto à idoneidade e propósitos do governo Fernando Henrique em aspectos fundamentais: doação de recursos públicos a banqueiros falidos que emitem cheques sem fundos; privatização do patrimônio público com moedas podres e na forma da doação entreguista e graciosa etc. Reforça, enfim, a tese de que o Estado dos neoliberais é, mais do que qualquer outro e em qualquer época da história, um comitê da burguesia monopolista e dos especuladores internacionais, pronto para o mais completo saque do patrimônio e dos direitos sociais do povo brasileiro.

Estabilizar o continuísmo

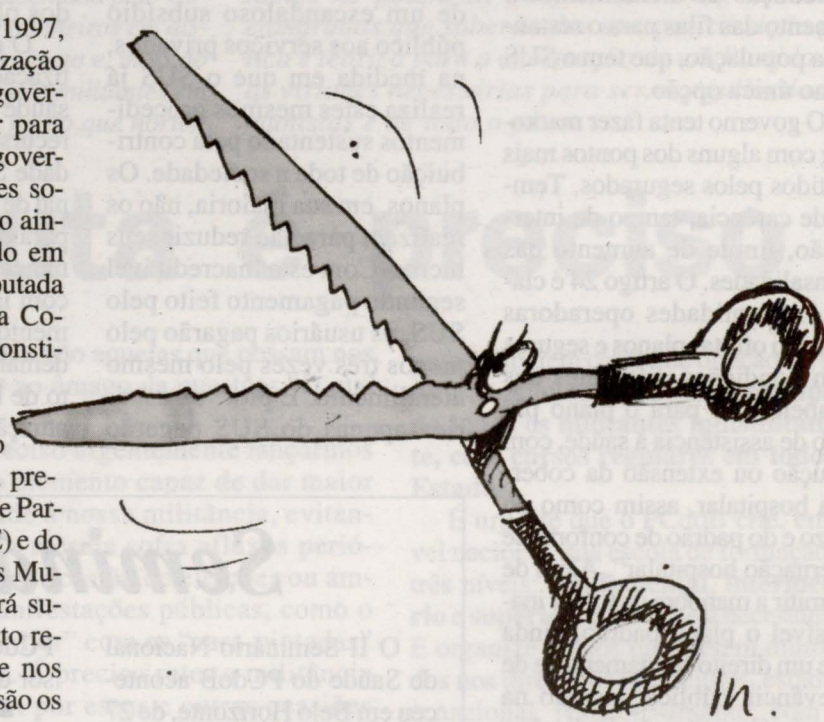
Hoje, em meados de 1997, com o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que a base governista unida quer aprovar para "estabilizar" as contas do governo federal, as repercussões sociais da atual política serão ainda mais graves. Aprovado em plenário, o parecer da deputada Yeda Crusius, relatora na Comissão sobre a emenda constitucional, trará prejuízos de monta para Estados, municípios e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A previsão de perdas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 97 será superior a R\$ 4,2 bilhões. Isto repercutirá necessariamente nos investimentos sociais, que são os primeiros a sofrer cortes em tempos neoliberais. E novamente ganha relevo o agravamento regional dos problemas da sociedade brasileira, pois o Nordeste será mais prejudicado com os cortes patrocinados pelo FEF, perdendo quase a metade dos R\$ 4,2 bilhões. Depois, virá a região Norte (quase R\$ 900 milhões) e a Sudeste (R\$ 622 milhões).

O país estará às voltas com sérias dificuldades para enfrentar os problemas já existentes e os que surgirão. Agravar-se-á imensamente a situação dos in-

vestimentos nas áreas sociais, pois, com esses valores, seria possível a construção e manutenção de inúmeras escolas e hospitais. Os problemas relativos ao urbanismo sofrerão também as seqüelas proporcionadas pela aprovação do FEF.

Por tudo que representa este confisco de recursos em todo o país, significa mais um passo rumo à centralização absolutista e continuísta do governo Fernando Henrique,

o Bloco de Oposição (PCdoB, PDT, PSB, PT) votou contrário à prorrogação do FEF e continuará lutando nas votações restantes contra a manobra que pretende impor o financiamento do atual projeto de poder. O FEF é o desdobramento de um outro fundo, qualificado de "social de emergência", que serviu para a reconstituição da constituição desde os buques de rosas ao patrocínio de festas palacianas. (LCA)



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



O debate sobre os planos e seguros de saúde vem ganhando espaço público não apenas pelo crescente número de queixas dos segurados, mas também pelo conteúdo da proposta que o governo encaminhou à Câmara dos Deputados em maio último

Mais um ano sem saúde

Jandira Feghali

É inegável a necessidade de regulamentar e fiscalizar o funcionamento dessas empresas, fato de há muito reclamado pela sociedade. No entanto, o governo, atropelando o Conselho Nacional de Saúde, enviou para a Comissão Especial um texto onde podemos verificar uma adequação refinada do modelo excludente e privatizado de assistência à saúde. Nele, todas as empresas operadoras de planos e seguros são tratadas como aliadas, a cobertura parcial das doenças e tratamentos é legalizada, os convênios entre o SUS e tais empresas são legitimados, é incrementada a tributação sobre os usuários, consolidada a inaceitável ótica do lucro empresarial e os planos privados são subsidiados com recursos públicos, cedendo à poderosa pressão de empresas transnacionais.

Pela primeira vez, vemos oficialmente proposta a forma de convênio entre hospitais públicos e as empresas. A consequência é a substituição de leitos públicos por privados, a seleção e priorização da clientela, redução de atendimentos e aumento das filas para o restante da população, que tem o SUS como única opção.

O governo tenta fazer marketing com alguns dos pontos mais sentidos pelos segurados. Tempo de carência, tempo de internação, limite de aumento das mensalidades. O artigo 24 é claro: "As entidades operadoras poderão ofertar planos e seguros com condições diferentes das estabelecidas para o plano padrão de assistência à saúde, com redução ou extensão da cobertura hospitalar, assim como do prazo e do padrão de conforto de internação hospitalar". Além de permitir a manobra de tornar inacessível o plano padrão, ainda fere um direito fundamental e de relevância pública, inscrito na própria Constituição Federal: o acesso universal à saúde.

Vamos ao polêmico fundo de alto custo. Não se deve confundir-lo com o ressarcimento ao SUS de atendimentos cobrados e não realizados pelos planos, quando estes encaminham os pacientes aos hospitais públicos. O fundo, para procedimentos considerados de alto custo, coloca no mesmo balaio o dinheiro público, da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, somados a um percentual do faturamento das empresas.

Na verdade estamos diante de um escandaloso subsídio público aos serviços privados, na medida em que o SUS já realiza estes mesmos procedimentos sustentado pela contribuição de toda a sociedade. Os planos, em sua maioria, não os realizam para não reduzir seus lucros. Com este inacreditável segundo pagamento feito pelo SUS, os usuários pagarão pelo menos três vezes pelo mesmo atendimento. E pior: os usuários apenas do SUS pagarão

indiretamente o atendimento dos planos e seguros.

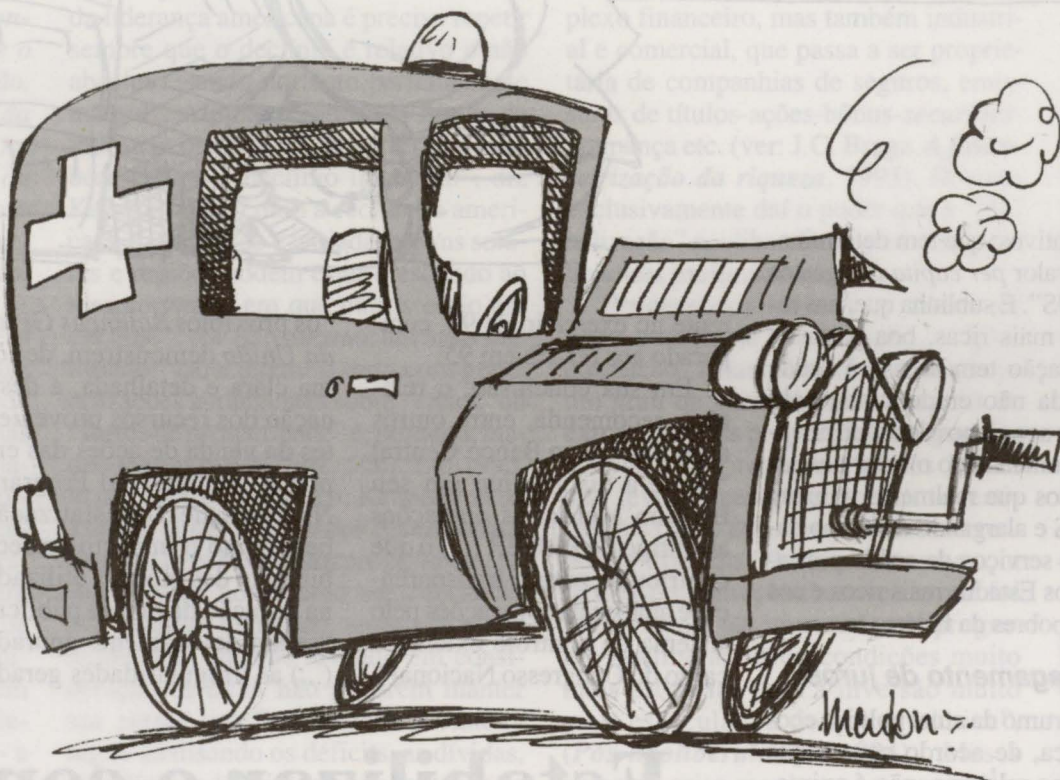
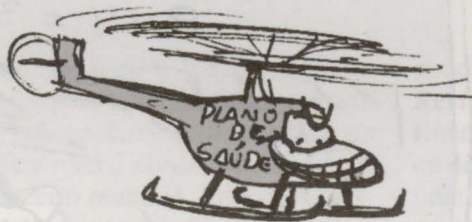
O governo viabiliza a privatização de recursos públicos na saúde e continua a desviar os recursos específicos da Seguridade Social e do Fundo Nacional de Saúde, inclusive a CPMF, para pagamento de encargos financeiros da União. Provoca com isso, por falta de financiamento e compromisso com as demandas sociais, o fechamento de leitos públicos, dificulta a atuação da Fundação Nacional

de Saúde, impede que a Fundação Osvaldo Cruz produza vacinas e medicamentos essenciais à população brasileira.

O Sistema Único de Saúde, única opção da sociedade, já provou que pode funcionar e bem, mas é necessário que tenhamos governantes que não sucumbam permanentemente aos lobbies privados.

E estamos no Ano da Saúde. Imaginem se não estivéssemos!

* Deputada federal
PCdoB/RJ



Brasil ocupa 68º lugar no ranking de fome da ONU

Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o grau de desenvolvimento de 175 países mostra que o Brasil passou a ocupar o 68º lugar, depois de estar na 58ª posição em 1993. Para Moez Saad Doraïd, do Programa de Desenvolvimento da ONU, o Brasil foi um dos 30 países, no grupo dos 175 analisados, que apresentaram piora em seu quadro.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) leva em consideração uma série de fatores sociais e números obtidos em institutos de pesquisas ou de créditos internacionais, como FMI e Banco Mundial, para definir o perfil econômico e social de cada país analisado.

O relatório mostra também que a pobreza aumentou em todos os países da América Latina e no Caribe, região em que 110 milhões de pessoas - 24% da população - vivem com menos de US\$ 1,00 por dia. A Ásia/Pacífico aparece no relatório como a única região no mundo que conseguiu reduzir seus índices de pobreza na última década.

O trabalho fez duras críticas à globalização da economia, que só beneficiou os países ricos. O relatório conclui que a globalização "é uma maré de riqueza que supostamente leva todos os barcos. Mas alguns barcos possuem mais água embaixo do que outros. Os transatlânticos e os iates navegam melhor, enquanto alguns botes a remo fazem água ou afundam rapidamente".

Seminário Nacional

O II Seminário Nacional de Saúde do PCdoB aconteceu em Belo Horizonte, de 27 a 29 de junho. A promoção foi da Comissão Nacional de Saúde com o apoio do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Os temas do seminário foram:

■ **Globalização e saúde**, coordenado por Jandira Feghali e palestras de Jaime Breilh, do Centro de Estudos e Assessoria em Saúde da Faculdade de Ciências Médicas de Quito (Equador); Renato Rabelo, vice-presidente do

PCdoB; Emir Sader, professor da USP.

■ **O modelo de saúde para o Brasil: o SUS, o papel do setor privado e as organizações sociais**, coordenado por Ricardo Menezes; presidente do Sindicato dos Médicos/MG; palestras de David Capistrano, ex-prefeito de Santos/SP; Eurivaldo Almeida, doutor em saúde pública.

■ **O modelo de saúde para o Brasil: gestão pública, gestão básica, relação com o setor privado e relações de trabalho**, coordenado por José Hermógenes, ex-secretário

executivo do Ministério da Saúde; palestras de Gilson Cantarino, presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; César Rodrigues Campos, ex-secretário municipal de Belo Horizonte; Mauro Brandão, ex-presidente do CREMERJ.

■ **O PCdoB e a saúde: estratégia, organização e o controle social da saúde - Movimento Nacional SOS-SUS**, coordenado por Paulo César Pereira, do Conselho Municipal de Saúde/BH, palestras de Luciano Siqueira, médico; Maria Aluana de Souza, enfermeira.



EDITORIAL

O Partido entra no clima



Ciclo de debates em São Paulo aprofunda discussões sobre documento do 9º Congresso

Com a deflagração do processo de preparação do 9º Congresso, o Partido está entrando no "clima de debate". Muitas plenárias e reuniões dos organismos para debater as teses do Congresso estão sendo realizadas em todos os Estados onde o PCdoB está organizado.

Pelo que se tem notícia, a militância comunista desenvolve esta discussão com entusiasmo e espírito de unidade. Para muitos dos novos filiados é a primeira oportunidade que estão tendo de debater de forma aprofundada, democrática, questões que definirão a linha política geral do PCdoB.

A *Tribuna de Debates* é, portanto, um instrumento importante para a maior democratização do processo. Um espaço aberto onde cada filiado pode expor suas opiniões de forma melhor sistematizada, sem as pressões do tempo e retórica que, muitas vezes, dificultam a argumentação durante as reuniões de debates.

Além da reflexão individual de cada militante e das discussões nas assembleias de base, atividades impor-

tantes como ciclos de debates prometem dinamizar e potencializar ainda mais esta nossa reflexão coletiva acerca das questões apresentadas pelo **Projeto de Resolução do 9º Congresso**.

O envio de oito artigos para esta segunda edição da *Tribuna de Debates* já demonstra que as discussões começam a esquentar.

Os artigos recebidos até o momento destacam-se pela preocupação que cada um dos autores teve em apresentar um texto com qualidade e que sintetize suas opiniões e análises sobre o que julgam ser os grandes desafios práticos e teóricos a serem encarados pelos comunistas neste 9º Congresso.

Vários dos artigos problematizam o importante tema da "crise do capitalismo" - tese sobre a qual se apóia a análise da situação internacional apresentada pelo Comitê Central. A preocupação dos companheiros em discutir esta questão demonstra sua relevância e, mais do que isso, é um sintoma da disposição dos militantes em buscar respostas para problemas de fundo que norte-

am a luta dos comunistas e do povo na resistência ao neoliberalismo e na pavimentação dos caminhos para o avanço das idéias socialistas.

Esta tendência inicial, porém, não diminui a importância das valiosas contribuições que nos tem chegado com posições sobre os outros temas apresentados pelos documentos do 9º Congresso. Pelo contrário, são justamente a variedade das opiniões e análises apresentadas sobre os diversos pontos do documento que trarão a esta *Tribuna de Debates* o espírito vivo e a profundidade que ela precisa ter.

Cabe a cada um dos militantes cuidar para que isto seja feito. Como dissemos, este é um espaço aberto, pedindo para ser ocupado. Neste processo não deve haver timidez nem subestimação. Acreditamos no potencial de todos os antigos e novos camaradas que saberão dar sua contribuição prática e teórica para a construção de um Partido com as virtudes necessárias para ser o orgulho dos comunistas e de todo o povo.

Compreender a luta é preciso

Paulo R. M. Peres *

A busca por um partido maior e enraizado popularmente passa pela garantia da qualidade de sua militância. Um partido de porte médio, sem a solidez teórica de seus membros, equivale a um "tigre de papel".

Por outro lado, um pequeno partido, como o PCdoB, com um respaldo nitidamente calcado na teoria revolucionária marxista-leninista conseguiu, apesar dos percalços inquiridos pela reação, se manter ativo e sólido em seus princípios durante mais de 75 anos.

Entretanto, mesmo sendo isso uma vitória, se faz necessário analisarmos de forma crítica a natureza mantenedora dessa posição. É fundamental que nós percebamos que os quadros do PCdoB, em nível nacional, são diretamente responsáveis pelas diretrizes que, direcionados desde seu núcleo dirigente, emanam para os Estados e municípios que, por sua vez, mesmo que haja algum desencontro, respondem comumente com seus quadros, à expectativa do Comitê Central.

Mas o desafio que a situação social, política e histórica nos apresenta é: porque o PCdoB ainda é um pequeno partido?

Certamente que as condições desfavoráveis, deflagradas pelas leis, pela discriminação, pela ignorância, rechaço da mídia, pela reação das elites etc., explicam a desproporção na luta que enfrentamos contra o capitalismo.

Estas circunstâncias externas nos colocam em situação de desvantagem, em termos de adversários que, nitidamente, fazem uma opção de classe e que, portanto, devemos diretamente enfrentá-los, superando vicissitudes existentes. Isto é claro.

Todavia, no plano interno, vem o PCdoB oferecendo à sociedade um crescimento aquém da necessidade histórica e social requerida.

Acredito que a inserção nos setores populares, sindicais, associativos, gremiais etc. demanda de um velho princípio dialético: "da quantidade advém a qualidade". Sem dúvida que isto irá ocorrer, se também houver a ação desencadeadora desse processo. Nesse sentido, creio ser indispensáveis elucubrações

outras que não aquelas que possam nos remeter ao âmago da questão: "O que fazer?"

É preciso urgentemente lançarmos mão do elemento capaz de dar maior qualidade à nossa militância, evitando que a mesma sofra aflusos periódicos, por ocasião de eleições ou amplas manifestações públicas, como o "fora Collor" com os "cara-pintadas" à frente. É preciso reter a militância que aflui por essas e outras ocasiões ao PCdoB. E essa retenção somente se dará, com a compreensão da própria mundaneidade de cada militante, ou seja, da importância de seu papel enquanto revolucionário, transformador da sociedade, do mundo. Isto só será possível com a parte teórica. É bem verdade que o comunista se forja na luta. Mas também é verdadeiro que "sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária".

Logo o PCdoB do médio porte passa pela formação adequada de sua militância. Não com cursos esporádicos a nível regional, nem beneficiando alguns militantes que se destacam, preparando-os

para ocuparem cargos de direção ou para futuras candidaturas; mas **contemplando todos os militantes indistintamente, com cursos regulares em todos os Estados**.

É urgente que o PCdoB crie, em nível nacional, sua escola de formação em três níveis: **fundamental, intermediário e superior**, conforme a necessidade. E organize cursos para serem ministrados nos diretórios municipais, estaduais e nacional, respectivamente, com um conteúdo programático unificado, calçado didática e pedagogicamente nos princípios marxistas-leninistas, e com núcleo dirigente nacional.

A importância deste projeto dá-se exatamente pela lacuna existente no Partido mais antigo do Brasil, no Partido da Revolução, do socialismo, no Partido que quer ser amplamente de massas, que quer ser de médio e depois de grande porte.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

* Presidente do PCdoB em Sant'Ana do Livramento-RS



Novas idéias e velhos temas

Paulo Tedesco Pinto*

Final do século XX. Há questão de pouco mais de 30 anos, poucos conseguiriam adivinhar o que se passaria na conjuntura política e econômica dos dias de hoje. O capitalismo assumiu monstruosos contornos de um gigante de pés de barro, o capital financeiro converteu-se em uma lépida e astuta lebre, o povo multiplicado em milhões também transformou-se não mais em milhares mas sim em milhões de miseráveis, a foice e o martelo despencaram das paredes do Kremlin, o *Pravda* virou folhetim folclórico e o mundo, outrora decantado em um lugar de que se dividia entre bons e maus, agora nada mais é do que um gigantesco quintal de diversão e perversão de poucos terrestres e suas nações voadoras.

Quebraram-se conceitos como se quebram pratos. Heróis viraram bandidos e bandidos salvadores, o que era dado como inequívoco e inconciliável repentinamente virou sereno e amistoso. De fato, as coisas não são mais como eram, mas será que os fatos estão definitivamente encerrados? Será este o fim da história? Com certeza não. É verdade que alguns dogmas foram quebrados e que poucas casas ficaram em pé após a tempestade, mas eis que ressurgem (talvez nunca tenham desaparecido) conceitos que até então não passavam de turvas lembranças do que se compunham realmente a essência das coisas.

Afloraram as contradições, o movimento socialista foi apresentado diante de um quadro inteiramente novo e não tendo fôlego aparentou sucumbir. Malgrado os sonhos burgueses, a realidade se impôs e, com ela, o ideal socialista já dá tímidos sinais de recuperação

(agora com nova roupagem, mais ainda vermelho e proletário, ameaça retomar o espaço que lhe é de direito). A dialética parece que, após Feuerbach, Hegel, Marx, Engels e Lênin, ainda é a mesma, só precisando de alguns reparos aqui e acolá. O partido de Lênin, Stálin, Mao, Ho Chi Min, Guevara e outros talvez seja o que mais sofre neste processo violento de transformações. Os sindicatos e entidades populares, peças chaves na participação popular, após alguns anos de letargia e desnorteamento, estão rapidamente ganhando novas feições. O Estado, o rei neste jogo de xadrez, virou pedra de mote de alguns insanos e é, hoje, a vidraça preferida de terroristas ansiosos por sangue e bombas em meio à urbe. O mais incrível é que somente após mais de um século de lutas é que algumas correntes políticas descobriram que é a Terra que gira em torno do Sol e não o contrário, como sempre pensaram alguns reformistas travestidos de revolucionários.

O Partido, em se tratando de Brasil - ou melhor, de 75 anos de Brasil - sem dúvida, é outro. Diferente daquele fundado em 22 e completamente distinto daquele anterior à reconstrução de 62. Isto por si só é uma grande conquista, pois viver todos esses anos e ainda ter pulmão para peitar a burguesia, dizendo para que veio, é um ato, no mínimo, histórico e respeitável. Mas a história não pára, obriga um novo Congresso quiçá reformador e direcionador. Um Congresso que definirá as diretrizes pelas quais o Partido Comunista do Brasil enfrentará a virada do novo milênio, um Congresso que mostrará os dentes de um povo insubmisso, que não se dobra tão facilmente à chibata de uns poucos fatores e que, acima de tudo,

terá um compromisso não só com o futuro, mas sim com o futuro de nossos filhos e netos.

O velho problema entre teoria e prática parece acompanhar, ainda hoje, os passos do movimento comunista brasileiro. A unidade do campo progressista é muito decantada como remédio realmente eficaz aos males, insinua-se como consciência de que será de fato necessária para enfrentar as novas conflagrações políticas que se avizinham no horizonte. Mas e a verdadeira unidade, aquela que de fato norteia as conquistas do proletariado e campesinato, onde está?

O centralismo democrático, frequentemente alvo de delírios anarquistas, ainda sobrevive? Ou será que nos movimentamos dentro de uma estrutura muito mais centralista do que democrática? Ou, ainda, será que já alcançamos a plenitude de nossa orientação revolucionária a ponto de não nos preocuparmos mais com coisas tão fora de moda? A realidade é, porém, crua, não permite equívocos nem falsas ilusões. Ela condena erros com o passado e aos acertos premia com o futuro. Nosso centralismo, apesar de todos os esforços das direções, ainda carece do corpo que lhe dá vida, ainda sobrevive no coletivo onde o voluntarismo e outros vícios pequeno-burgueses afloram com facilidade.

A orientação disciplinar do PCdoB será revigorada quotidianamente se nutrida de idéias sempre criadoras, fruto de um constante aprendizado teórico adquirido somente num lugar: no banco de estudos. É lá que surgem as forças que disseminarão o socialismo científico pelo Brasil à fora. A resposta, portanto, deverá se dar não em ações que se restringem unicamente aos quadros partidários, mas sim em práticas que resultem

em verdadeiras escolas e universidades, que sejam radicais, ou seja, peguem o povo brasileiro pela raiz e lhe proporcionem novas perspectivas de vida.

Ensinar o povo com ações orientadas pode começar com mutirões amplos que impliquem desde a alfabetização de adultos e crianças até a formação de verdadeiras escolas. Hoje o Partido já possui estrutura suficiente para bancar ações de envergadura. Basta unir os diversos segmentos intelectuais (estudantes, professores e os mais diversos profissionais) a segmentos populares, que muito sofrem no mar da miséria e da desinformação.

Controlamos sólidos sindicatos e representativas entidades populares, que, através de cooperativas e de atitudes direcionadas a levantar fundos e organizar ações direcionadas, poderão revolucionar a vida das esquerdas no país. O desenvolvimento de comunidades agrícolas, por exemplo, que plantem, colham e apliquem o que há de melhor no trato da terra, poderá permitir com que se cumpra a verdadeira política revolucionária do PCdoB, através da criação nestes locais de escolas, estruturas de saúde e outras iniciativas que atendam aos anseios das populações envolvidas na experiência.

A Guerrilha do Araguaia foi um exemplo claro do que resulta de concreto de uma ação com tal intuito. Seus efeitos são sentidos hoje nos movimentos camponeses que ainda ocorrem naquelas bandas, apesar do terror praticado pelo Exército e pelos latifundiários. É candente não somente através de relatos da época, como também recentes expressões de moradores daquela região, o quão foi valiosa a atitude revolucionária do PCdoB nos já distantes anos 70.

*Do PCdoB - Rio Grande do Sul

Uma ONG nacional para a luta ecológica

Ângelo Andrade Cirino

Pergunto-me qual a intervenção conseqüente, contínua e vinculada ao pensamento marxista que o Partido está fazendo junto ao estudo dos problemas relacionados à ecologia. Não me ocorre nenhuma resposta, infelizmente.

O que é ecologia? A definição acadêmica diz que ecologia é o estudo dos seres vivos em seu ambiente. Atualmente o termo ecologia também diz respeito à luta pela preservação do meio ambiente, dos eco-sistemas do nosso planeta, principalmente em relação aos danos que são causados pela ação do homem, assumindo a conotação de luta conservacionista. Em termos muito amplos entendendo que a preocupação ecológica deve fazer parte do pensamento de todo aquele que pretenda desempenhar papel de liderança na construção de uma nova sociedade, principalmente do pensamento do Partido. A ecologia é importante demais para ser deixada somente para os ecologistas.

Pretendo abordar aspectos ideológicos da ecologia, principalmente no desmascaramento das possibilidades de "desenvolvimento sustentável" sob o modo de produção capitalista.

É comum as pessoas, em especial a juventude, externarem seu descontentamento com os problemas de poluição, degradação ambiental, extinção de espécies, ameaça às populações indígenas

e os outros tipos de problemas que são catalogados sob a palavra ecologia. Mas acredito que a maior parte, por falta de uma orientação segura e consciente das implicações e da importância do assunto (como acredito que nós comunistas somos capazes de orientar), acaba praticando a ecologia em termos de defesa da natureza pela natureza em si, defesa dos animais como um fim em si, a ecologia pela ecologia.

Quando a luta é travada nestes termos ela carece de conteúdo, seja ideológico, político, social, antropológico ou econômico. Mesmo que o debate seja travado no meio acadêmico, ainda assim vemos que os diversos aspectos do problema não são trabalhados em conjunto. A discussão acadêmica é, muitas vezes, rebaixada ao nível em que as diferentes áreas do conhecimento não têm interligação, ou quando muito têm elos fracos.

Minha preocupação com o conteúdo da discussão sobre ecologia tem um componente ideológico muito forte em um primeiro momento, passando aos poucos para os outros aspectos. Ideologicamente podemos usar o discurso ecológico como arma de combate ao modo de produção capitalista. Sabemos (Marx mostrou) como funciona o capitalismo, com sua anarquia da produção, a busca do lucro máximo, a concentração da produção e suas outras leis. É preciso termos sempre em mente que o **capitalismo é incompatível com a preservação**

da natureza, que o capitalismo coloca em risco a saúde do planeta em que vivemos.

É necessário que nós, comunistas, nos posicionemos muito claramente neste debate, para evitar a tendência generalizada de atribuir ao ser humano a destruição da natureza. Cabe-nos mostrar que não é o homem, genericamente, que é responsável pela degradação da natureza, mas sim uma categoria em especial de seres humanos, que são os **capitalistas**. É a burguesia, com sua fome sempre insaciada de mais riquezas a responsável pela destruição da natureza, e não a classe operária, a intelectualidade ou o campesinato. **A preservação da natureza é um dos aspectos da luta de classes tal como ela se desenvolve em nossos dias.**

Em termos práticos, o debate ideológico suscitado pelo tema ecologia tem muitas vertentes. Politicamente vemos a ofensiva neoliberal do governo FHC também na ecologia, através da liberação da exploração da Amazônia pelo capital internacional e de propostas como a privatização de nossas florestas. É nossa tarefa combater o governo FHC também neste campo. Lembremos que o ministro do Meio Ambiente é do PFL.

Ainda politicamente, vemos a importância de unirmos o tema da reforma agrária à ecologia, pois sem o devido suporte estatal ao assentamento dos camponeses, é duvidoso que uma ampla reforma agrária não venha a ter impacto

sobre o meio ambiente. A educação ecológica e o suporte profissional aos camponeses são importantes auxiliares na preservação da natureza. Aqui vemos um ponto de contato com o Movimento dos Sem Terra, mesmo abstraindo de todos os outros aspectos, que nos fazem lutar pela reforma agrária e que nos tornam aliados do MST.

Ideologicamente, vemos uma oportunidade de ampliarmos nossa influência entre a juventude e o meio acadêmico. Entre os jovens é comum o engajamento em causas de defesa da ecologia. É ainda mais comum, praticamente universal, a simples preocupação não organizada com a ecologia. Para constatar basta perguntar a qualquer criança, adolescente ou jovem se é a favor da caça às baleias. A resposta universalizada será um rotundo não. No meio acadêmico é notória a preocupação com a ecologia, não só em seus aspectos preservacionais, mas também nos aspectos de estudo da biodiversidade, pesquisas das espécies vegetais e animais nativas, pesquisas de remédios com princípios ativos buscados na flora, pesquisas de biotecnologia, só para citar alguns ramos de interesse da ecologia. Aqui podemos também avançar em aspectos políticos do problema da ecologia, como o da lei de patentes, a exploração da Amazônia e a proporcionalidade de nossos recursos naturais.

Considerando todas as idéias acima, julgo que a melhor forma de o Partido



⇒ se inserir nesse debate será através do patrocínio e formação de uma organização não governamental (ONG). Uma ONG de inspiração no Partido teria condições de trazer para nosso convívio parcelas importantes da juventude e do meio acadêmico, além de mostrar um caráter de independência que às vezes é exigido pela busca de ampliação do nosso campo de influência nessa área. Não creio que a UJS possa cumprir esse papel, dado que seu caráter de entidade da juventude poderia excluir a participação do meio acadêmico, no qual temos professores universitários, pesquisadores e estudantes de pós-graduação.

Uma ONG, pelo seu caráter de certa independência, também teria condições de exercer mais facilmente uma política de finanças capaz de sustentar suas atividades. Essas atividades contemplariam a organização de debates e palestras, elaboração de projetos de leis de conteúdo ecológico para apresentação pelos nossos parlamentares, edição de publicações, divulgação na Internet, passeios ecológicos, programas de educação ecológica em escolas, em um leque muito vasto de atividades que é até difícil de enumerar aqui.

Assim sendo, defendo a inclusão, talvez no ponto em que o Projeto de Re-

solução trata da *base social de sustentação da frente oposicionista*, de um item em que o Partido afirme o conteúdo ideológico e político da luta ecológica, bem como oriente a militância a agir com maior vigor nas lutas ecológicas. Especialmente que seja proposta a criação de uma ONG, preferencialmente de alcance nacional, capaz de aglutinar as forças populares como exposto acima. Nos casos em que a situação local não justifique a criação de mais uma ONG deste caráter ou a criação da seção da ONG nacional, nossa militância seria orientada a atuar naquelas com caráter progressista e com abertura suficiente para exe-

cução de nosso trabalho.

Mas independente da forma que o Partido venha a escolher para influir no debate sobre ecologia, é importante que o coletivo partidário tenha noção da magnitude e da importância das preocupações com ecologia. Cabe-nos mostrar que não há maior defensor da ecologia do que o comunista. Não é possível que a bandeira da ecologia continue nas mãos de indivíduos como *Gabeiras* da vida, pois bem conhecemos o resultado de sua prática.

*Militante na UFMG e na Comissão de Agitação e Propaganda do PCdoB/MG

Os caminhos abertos para o 9º Congresso

Haroldo Lima*

O século que finda foi de grandes e rápidas transformações. Nele surgiu o socialismo e teve fim um modelo de socialismo. Houve uma infinidade de crises e guerra, de opressão e conquista, de resistência e libertação. Até duas guerras mundiais. Houve também avanços científicos e tecnológicos extraordinários, que vão do rústico "14 Bis", que voou em 1906, até as espaçonaves que estão perscrutando os limites do sistema solar; da válvula descoberta por Fleming, em 1906, frágil e grande; ao transistor de 1948, sólido e pequeno; dos circuitos integrados posteriores aos chips da microeletrônica recente.

Foi o século em que, sob o comando do capital, a organização do trabalho experimentou várias formas, como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo. O objetivo era a promoção da racionalidade produtiva e o aumento de produtividade, mesmo com o agravamento da situação dos trabalhadores.

Por tudo isso, o final do século encontra o capitalismo com os traços essenciais do imperialismo do início do século 20, mas um grau de internacionalização muito maior e com uma dinâmica nova, dando lugar ao que se chama de "economia global". Nesta, contudo, são apenas as grandes corporações que internacionalizam e integram a produção e o mercado. É o setor financeiro o que passou a ter recursos monumentais, capacidade de deslocá-los rapidamente e assim influir no jogo de poder

mundial em escala nunca vista. No contrapeso desse que é o sistema concreto globalizado, ficam empregos precarizados, legiões de desempregados e regiões inteiras marginalizadas ou excluídas.

As forças que controlam e dirigem essa economia formulam, orientam e impõem ao restante do mundo diretrizes de adaptação de todos à "nova situação", à "modernidade". É o neoliberalismo uma política para assegurar o funcionamento cada vez maior da "economia globalizada", ou seja, do jogo internacional das grandes corporações e dos Estados centrais que as cediam. As contradições e as competições entre os Estados centrais e entre as corporações globais fazem com que nem sempre as matrizes assumam o ideário neoliberal que impõem aos periféricos e excluídos.

A América Latina recebeu seu receituário específico. À luz dos interesses "globais", o Consenso de Washington, as elites dessa parte do mundo comoveram-se com a informação "científica", recebida dos teóricos do Consenso: a de que a globalização é uma tendência natural da humanidade, uma marcha inexorável das coisas, irresistível. E ficaram embevecidas ante o convite tentador que lhes foi feito: "modernizem-se", promovam "reformas", apliquem o Consenso e incorporem-se, conosco, à "economia global". A bandeira neoliberal foi hasteada assim em quase todos os países desse lado do hemisfério, na própria medida em que foram arriadas as bandeiras dos projetos nacionais desses países.

No Brasil, a marcha neoliberal começou com Collor, foi mais ou menos interrompida com Itamar e reiniciada em ritmo frenético com Fernando Henrique. O governo deste último, de forma temerária e irresponsável, vai abrindo mão de pressupostos de uma construção nacional soberana e golpeando direitos sociais a duras penas conquistados. E o faz burlando a vigilância do povo, rasgando a Constituição que jurou defender, comprando mudanças em seu texto para continuar no poder. E tudo faz em nome da incorporação do Brasil à "economia globalizada" do mundo, escondendo que há, todavia, duas formas dessa incorporação se dar: a incorporação soberana, em que o país não abre mão de seu projeto de Nação; e a incorporação subalterna, em que o país passa a ser apêndice dos países centrais.

Esse é o contexto geral em que o PC do Brasil vai realizar seu 9º Congresso. O Projeto de Resolução em exame situa duas questões básicas. A primeira: nas condições do mundo e do Brasil, que deve ser feito para se enfrentar a política neoliberal em implantação no país?

A resposta do Projeto é a criação de uma "frente oposicionista", com todos os contrários à orientação neoliberal do governo FHC e com as forças de esquerda como núcleo. Essa frente, "visando a batalha eleitoral nacional de 1998", deverá armar-se de um "programa progressista", alternativo ao neoliberalismo no Brasil, cujos pontos principais são expostos no Projeto de Resolução. A discussão da concepção desse programa e

do seu conteúdo, a partir dos tópicos iniciais propostos, é um dos pontos capitais da preparação do 9º Congresso.

A segunda questão: que características e tarefas deve ter e assumir o PC do Brasil nessa situação?

A resposta do Projeto diz que o partido "de princípios, marxista-leninista", deve ter uma "feição moderna", estar livre do "dogmatismo e do voluntarismo", ser um "partido de lutas", expressando os anseios das classes discriminadas, e estar também "disposto a assumir responsabilidades em níveis de Poder local e mesmo nacional...". Necessita, ademais, "desenvolver o pensamento programático de um projeto socialista renovado para o país", beneficiando-se de uma "vida interna democrática, enriquecida com debate político e teórico...". A convocação fica feita: desenvolver a idéia do partido marxista de feição moderna.

Essas duas questões refletem os desafios da atualidade e situam problemas eminentemente novos para nós do PC do B. É claro que a discussão deve evoluir para uma investigação mais abrangente sobre a "globalização", o "neoliberalismo", o "socialismo renovado" etc. Mas a discussão preparatória do 9º Congresso deve enfrentar com força as duas questões referidas, em torno das quais o Projeto de Resolução fixa o rumo geral da discussão que propõe, dá indicações fundamentais, mas não os esgota. Abre bem uma discussão que precisa ser aprofundada e desenvolvida.

*Do Comitê Central do PCdoB

Estamos diante de um grande desafio

Vital Nolasco*

A tese sobre o partido resgata, do ponto de vista teórico, a necessidade do partido de vanguarda para dirigir a revolução. Mas, ao analisar a derrota do socialismo e apontar como causa central a degenerescência dos partidos revolucionários, não só reafirma sua necessidade, como também aponta a importância da luta ideológica como fator determinante da existência de um partido revolucionário. Em nosso país não tem sido fácil a tarefa de construção partidária. A tese faz um histórico da trajetória de nosso Partido e da luta constante para sua afirmação.

Deste ponto podemos concluir que a construção do Partido é permanente. Neste sentido penso que estamos diante de um grande desafio, ou seja: como construir e fortalecer um partido para a atual fase da luta de classes em nosso

país e no mundo, tendo em conta a derrota do socialismo e a ofensiva do capital. Penso que muitas vezes raciocinamos e agimos como se estivéssemos ainda numa fase de ofensiva revolucionária, não percebemos que novos desafios nos são colocados.

Um dos princípios do partido é a organização de base, mas a vida tem demonstrado que o funcionamento dos organismos de base é precário em sua maioria, muitas vezes nem existe. Existe aí um desafio. Que forma e métodos devemos utilizar? Será que a forma de organizar reuniões de base que temos adotado tem correspondido? Numa cidade como São Paulo, por exemplo, onde novos problemas surgem, como o da locomoção, onde se passa horas no trânsito para ir de um local a outro, a violência urbana etc. Como cultivar a idéia de solidariedade numa sociedade em que predomina o individualismo?

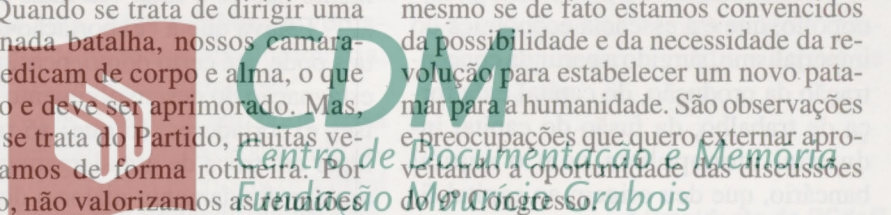
São problemas que exigem uma resposta e penso que somente o Partido pode responder. Quero, no entanto, tratar de um tema que julgo da maior importância, ou seja: a defasagem entre a política, a ideologia e a organização, que temos constatado no Partido. Nossos militantes têm dado exemplos de combatividade e clareza nos embates, quer nas entidades sindicais, no parlamento, no movimento popular, enfim onde os comunistas atuam, o fazem de maneira exemplar.

Neste sentido temos acumulado vitórias. Quando se trata de dirigir uma determinada batalha, nossos camaradas se dedicam de corpo e alma, o que é correto e deve ser aprimorado. Mas, quando se trata do Partido, muitas vezes tratamos de forma rotineira. Por exemplo, não valorizamos as reuniões dos organismos, nos dedicamos pouco ou quase nada ao estudo dos mate-

riais do Partido. No que diz sentido aos materiais de massa, por exemplo: o jornal do sindicato ou boletim da corrente são distribuídos de forma rápida e eficaz, mas quando se trata de material do Partido, esse fica mofando nos comitês. Se analisarmos nosso tempo, verificaremos que dedicamos a maior parte dele à luta de massas, e muito pouco ao Partido.

Penso que justamente aí está um problema de concepção, ou seja: não estamos compreendendo a necessidade do Partido para a transformação social, ou mesmo se de fato estamos convencidos da possibilidade e da necessidade da revolução para estabelecer um novo patamar para a humanidade. São observações e preocupações que quero externar aproveitando a oportunidade das discussões do nosso Congresso.

*Do Comitê Central do PCdoB





Para melhor analisar a crise econômica do capitalismo

Dilermando Toni*

O Partido tem procurado entender melhor o fenômeno das crises econômicas do imperialismo, destacando-as quando analisamos a situação internacional. Mesmo quando o quadro é adverso às forças revolucionárias, como o atual. Vamos apreendendo a visão materialista-dialética de analisar o capitalismo “como um processo complexo de leis absolutas, tendências e contratendências ... que se caracteriza essencialmente por tensão permanente e crises evolutivas que podem provocar rupturas e ‘saltos’.” Procurando fugir de análises catastrofistas e propagandísticas ou de avaliações simplificadoras.¹

No contexto do aprofundamento do debate sobre a crise atual do capitalismo, esboço pontos de vista diferentes do artigo de Umberto Martins *A crise da economia capitalista* (TD 14/06/97) e com a passagem do ponto 1 do projeto de resolução do CC *Enfrentar a escalada neoliberal ...*, por expressarem o mesmo conteúdo, como o próprio Umberto destaca, no que diz respeito à caracterização de uma fase crítica e decadente do sistema capitalista configurada a partir dos anos 70.

Umberto faz o seguinte raciocínio: com as quedas das taxas de crescimento econômico (PIB dos países capitalistas mais desenvolvidos) apresentadas ao longo das 3 últimas décadas em relação às taxas dos anos 50 e 60, e as altas taxas de desemprego (particularmente na Europa), ficou configurada no sistema capitalista uma fase crítica, de decadência, “antítese do período de prosperidade vivido pelo sistema nas primeiras décadas do pós-guerra”. Esta seria “toda uma fase relativamente longa ou uma era crítica” que não pode ser confundida e analisada à luz da teoria das crises cíclicas de superprodução de Marx ou compreendida à luz da idéia de capitalismo agonizante de Lênin.²

As questões colocadas nos remetem à teoria do imperialismo de Lênin - objeto deste artigo -, bem como à teoria de Marx sobre as crises cíclicas de superprodução, sem as quais, isto sim, teremos dificuldades de entender a crise atual, suas causas, particularidades e possíveis desdobramentos.

Dizia Lênin que o imperialismo é uma fase histórica, particular, especial do capitalismo com as seguintes particularidades: 1) capitalismo monopolista, 2) capitalismo parasitário ou em decomposição e, 3) capitalismo agonizante ou em transição para o socialismo.

A base da análise de Lênin é o monopólio, que é a essência econômica do imperialismo, surgido a partir da concentração da produção, do capital e da força de trabalho, da fusão do capital industrial monopolista com o capital bancário, que deu origem ao capital financeiro e à oligarquia financeira, que passa a exportar prioritariamente capi-

tais, a dominar e dividir o mundo, inclusive pela via da guerra, na busca insaciável do lucro máximo, monopolista e da hegemonia.

A tendência ao parasitismo, à estagnação, à decomposição é inerente ao monopólio. Segundo Lênin ela se manifesta: 1) em que, até certo ponto, se dificulta a concorrência, causa estimulante do progresso técnico, através do patenteamento crescente de marcas, por exemplo; 2) através da formação de um enorme setor de rentistas, parasitários; 3) através da exportação de capitais que “é o parasitismo elevado ao quadrado” e que “acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor dos *rentiers* e a produção”; 4) através da reação política em toda a linha, própria do imperialismo e; 5) através da exploração das nações oprimidas pelas grandes potências, ou seja, pelos Estados credores, usurários, parasitários.³

Tudo isto era o que significava uma nova época histórica⁴, essencialmente monopolista e não concorrencial do capitalismo, que punha termo a seu desenvolvimento pacífico, a seu papel progressista e democrático na história. O advento do imperialismo significou o agravamento sem precedentes de todas as contradições do capitalismo e, por isso, criou as **condições objetivas** para sua superação por uma estrutura econômica e social mais elevada. A partir daí é que Lênin concluiu “ser o imperialismo o capitalismo **agonizante, em transição** para o socialismo, (pois) o monopólio, que nasce do capitalismo, é **já** sua agonia, o começo do seu trânsito para o socialismo. A mesma significação tem a gigantesca **socialização** do trabalho pelo imperialismo ...”⁵. Ou ainda: “De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante”.⁶

Lênin chegou à conclusão de ser esta a tendência histórica do imperialismo mas não via isto como um processo retilíneo, simples. Analisava também contratendências: “Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, (em certos períodos, dizia Lênin noutro texto) manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual ...”⁷. Falava que a “exportação de capitais pode, até certo ponto, ocasionar um estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, (o que) só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo”.⁸

Tantas citações para tentar demonstrar que: 1) o imperialismo é **toda** uma fase histórica crítica, decadente, agônica, de transição do capitalismo; 2) esta etapa começou com a virada do século e perdura ainda hoje; 3) que esta fase - com suas características essenciais - comporta, subordina, permeia, os ascensos e crises, as vitórias e derrotas, mais ou menos longas do sistema; 4) que Lênin chegou a estas conclusões a nível teórico, e a experiência histórica deste século tem se encarregado de comprová-las; 5) que o conceito do imperialismo como capitalismo agonizante ou em transição para o socialismo vem da análise da base econômica (do monopólio), mas não é um conceito meramente econômico, é muito mais amplo, é a concepção da época em que vivemos.

Umberto afirma ser inadequado trabalhar com o conceito de capitalismo agonizante, moribundo, de Lênin, pois isto significaria aceitar que “o capitalismo estaria tão agonizante hoje quanto nas décadas de 50 e 60”, que “talvez” a idéia valesse para hoje, para a “era crítica”, mas não para sua **antítese**, os anos de prosperidade do pós guerra. Adotar a idéia poderia borrar a diferença entre as duas fases. Do ponto de vista da compreensão de Lênin, isto equivaleria dizer que não haveria possibilidade de transição do imperialismo para uma estrutura mais elevada durante os chamados anos dourados. Porém, a revolução cubana, a revolução na parte sul do Vietnã, a vitória de várias lutas de libertação na África, aconteceram neste período. Aliás penso mesmo que foi justamente àquela época que o capitalismo foi “mais” agonizante, pois foi exatamente quando a experiência socialista, com todo um campo saído da guerra, teve seu ponto alto, quando a correlação de forças foi mais favorável à classe operária neste século.

Quanto ao ponto de partida da análise, ou seja, o período do pós guerra, tido como um período de prosperidade, algumas observações relativizantes: 1) as taxas de crescimento do período expressam uma relação, uma comparação percentual, com o período imediatamente anterior, de guerra, quando a base econômica de vários países de capitalismo avançado foi profundamente atingida e destruída, particularmente Alemanha e Japão; 2) em boa medida o crescimento econômico significou reconstrução. Os americanos aplicaram através do Plano Marshall “uma soma equivalente a US\$ 13 bilhões, ou US\$ 88 bilhões em valores de hoje, para que os setores em ruína na Europa voltassem a funcionar”; 3) dentro dos EUA o setor da indústria de armamentos teve um razoável desenvolvimento, a partir da política americana de Guerra Fria, para a guerra do Vietnã etc.; mas isto não constitui num dos mais graves problemas estruturais da economia america-

na, pois armas não são consumidas produtivamente.

Talvez fosse mais apropriado caracterizar a economia capitalista daquele período como de relativa estabilidade, conseguida entre outros motivos porque: 1) a concorrência interimperialista estava “abafada”, por assim dizer, pois Alemanha, Japão, Itália, França etc, estavam se recompondo. O imperialismo norte-americano, amplamente hegemônico, encontrava campo favorável para a exportação de capitais e mercadorias; 2) os países do campo oposto liderado pela URSS, que passaram a formar o mercado socialista, saído também da guerra, haviam sido duramente atingidos, se reconstruíam; portanto, a concorrência econômica inter-sistemas ainda era baixa.

Avalio ter dado suficientes argumentos para mostrar que o pensamento de Lênin sobre o imperialismo como capitalismo agonizante foi e continua válido e que não é apropriado caracterizar o período que vivemos a partir de meados dos anos 70 como uma fase crítica, decadente, do sistema capitalista, antítese do período próspero do pós-guerra. Meu interesse neste artigo não é outro senão procurar ver melhor de que base partimos para analisar a crise.

Seria mais apropriado caracterizar o período atual como sendo **de agravamento da crise estrutural, entremeada com profundas crises cíclicas de superprodução**, fortemente influenciadas pelo desenvolvimento do capital financeiro, real e fictício, que leva a uma hipertrofia dos mercados de capitais, fator de profundo desequilíbrio e instabilidade. Num próximo artigo desenvolverei mais estas idéias.

Notas

1 - 8ª Conferência Nacional do PCdoB, informe de R. Rabelo.

2 - Umberto Martins, *A crise da economia capitalista*, TD/9º Cong., 14/06/97.

3 - Síntese do pensamento de Lênin sobre os monopólios imperialistas feitas em *O imperialismo, fase superior do capitalismo* (OE/T1), e no artigo *El imperialismo y la escision del socialismo* (OC/T30).

4 - Dizia Lênin que “época se chama precisamente época porque abarca toda uma soma de diversos fenômenos e guerras, típicos e não típicos, próprios dos países avançados e dos atrasados.” (OC/T30/p91, *Sobre la caricatura del marxismo*).

5 - OC/T30/p172, grifos de Lênin.

6 - OE/T1/p669

7 - OE/T1/p668

8 - OE/T1/p623

9 - Gaz. Mercantil/Financ. Times, 9/6/97

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



O declínio da liderança econômica dos EUA

Umberto Martins*

No calor das grandiloquentes demonstrações de força norte-americana durante a última reunião do G-8, em Denver, o debate em torno da ordem imperialista mundial ficou um pouco mais quente e instigante, com realce para o conteúdo ideológico. Afinal, a liderança econômica dos EUA sobre o globo está em declínio, como sustenta o projeto de Resolução Política apresentado ao 9º Congresso no nosso Partido ou, muito pelo contrário, "a economia norte-americana é a mais saudável e a mais forte do mundo", como afirmou o presidente Bill Clinton naquela cúpula?

A idéia do declínio repousa na observação do desenvolvimento desigual entre as potências capitalistas. Foi Lênin, com a grandeza e genialidade que lhe eram próprias, quem notou (e para isto chamou a atenção dos comunistas) que o desenvolvimento desigual entre as potências, para ele uma lei absoluta do capitalismo em sua fase imperialista, e o parasitismo decorrente da lógica da acumulação imperialista foram os fatores determinantes da decomposição do Império Britânico, à época o mais forte. É nesta visão do grande líder da revolução soviética que encontraremos a fonte para compreender o declínio (relativo e gradual) da liderança dos EUA sobre a economia mundial. O desenvolvimento desigual (no caso Estados Unidos x Japão e, em menor medida, Alemanha), vem se verificando há quase meio século. É indicado pelo crescimento médio anual do PIB, que para o período de 1963/1973 foi de 3,10% nos EUA contra 9,20% no Japão; nos anos 1974/80, a proporção foi de 2,50% para 3,60% e de 1980 a 1990, 2,40% e 4,20%. O fenômeno reflete a desigualdade das taxas de poupança e investimentos das duas economias, que em última instância determinam a potencialidade e o grau de acumulação e expansão do capital nos mercados interno e externo.

Observado globalmente (ou em nível da reprodução social do capital), os EUA revelam um significativo déficit de poupança (público e, em certo momento, privado), que se desdobra no saldo negativo das contas correntes - até agora coberto pelo ingresso de capitais estrangeiros, sobretudo de investidores japoneses, provocando - além de uma dependência cujos efeitos foram insinuados pela queda da Bolsa de Nova Iorque no dia seguinte à cúpula de Denver

(23.06.97) - fortes desequilíbrios no fluxo internacional de capitais e nas taxas de juros, num processo que uma reunião de "ilustres" economistas, realizada em Washington no ano de 1987, alertou ser impossível sustentar a médio e/ou longo prazos.

Há outros indicadores do emagrecimento (relativo, cabe reiterar) da economia norte-americana no Globo, que constituem motivos para maiores debates. Entre eles destaque, para não ultrapassar em demasia os limites deste artigo, a desvalorização do dólar ao longo das últimas décadas (num movimento em ziguezague, não linear). Um dólar comprava 350 ienes no ano de 1948. Seu valor nestes dias oscila em torno de 115 ienes. A perda do poder aquisitivo do dólar é a própria expressão e medida monetária do empobrecimento relativo daquele país frente às potências que emergiram das ruínas da Segunda Guerra (Japão e Alemanha). Se considerarmos que o valor de equilíbrio da moeda é dado pelo saldo na balança comercial e que no "ano de glória" de 1996 os EUA apresentaram um déficit de US\$ 178 bilhões, como resultado das exportações e importações de bens e mercadorias, é forçoso concluir que o dólar ainda não atingiu o fundo do poço.

A polêmica acerca da queda do peso relativo do império norte-americano sobre a economia mundial não é uma novidade desses dias. Vem de longe e ainda tem um longo terreno a percorrer. Já estava bem acesa na década passada (no decorrer da qual os EUA deixaram de ser o maior credor do planeta, transformando-se, gradativamente, no campeão da dívida externa) e teve um ponto alto com a publicação, há 10 anos, do livro "Ascensão e queda das grandes potências", do historiador anglo-americano Paul Kennedy.

Mas este é um dos temas - muito comuns na política - cuja verdade ofende fortes interesses, que evidentemente influenciam o espírito da polêmica. Como dizia Lênin, criando um provérbio muito popular em sua época, se "os axiomas geométricos chocassem com os interesses dos homens, certamente se tentaria refutá-los". Assim sendo, não é de se estranhar que ultimamente uma multidão de ideólogos e autoridades norte-americanos tenham se mobilizado - com uma profusão de artigos, livros e apaixonados argumentos - para contestar a tese do declínio, concedendo ao debate

o caráter de uma operação de guerra no campo das idéias, que ultrapassa seus limites científicos.

O argumento central sustenta que, por obra e graça da política neoliberal, os EUA deram a volta por cima e reverteram, a seu favor, o processo de desenvolvimento desigual que vinha se verificando nas últimas décadas - pondo fim, adicionalmente, à fase crítica (com tendência à estagnação) da economia capitalista em nível mundial, que estava se configurando desde os anos 70. Com efeito, o crescimento do PIB no período compreendido entre 1991 a 1996, conforme estatísticas da OCDE exibidas com uma alegria infantil pelos americanos em Denver, foi de 10% nos EUA, o dobro do Japão (5,4%).

Registre-se que, na média anual, a taxa (em torno de 2%) continua medíocre e está longe dos patamares alcançados nos chamados anos dourados. De qualquer forma, a superioridade (do crescimento acumulado) frente ao Japão (sem falar na Alemanha) salta aos olhos. Porém, não prova uma reversão no sentido de desenvolvimento desigual. Numa evidência de que os números se prestam a manipulações ideológicas pouco escrupulosas, o período eleito para comparações é bem singular: na maior parte dos anos considerados, o Japão esteve mergulhado na recessão, enquanto que os EUA - pelo contrário - ingressaram, em 1991, na fase de recuperação econômica (saindo da recessão em 1990), estando agora, ao que tudo indica, no auge do crescimento cíclico. Em outras palavras, EUA e Japão viveram fases opostas no ciclo econômico no período (1991/96).

A menos que o governo dos EUA tenha abolido a lei secular do movimento cíclico da reprodução do capital (e é esta a aposta de Bill Clinton ¹) é quase certo que nos próximos anos teremos um retrato inverso do atual - com uma economia norte-americana em queda contrastando com a do Japão em crescimento. O recuo do desemprego (nível de 5,2% da População Economicamente Ativa - PEA - no ano passado, segundo levantamento do governo) foi outro trunfo apresentado por Tio Sam - faz certo sentido quando comparado aos índices europeus, mas não se pode dizer o mesmo em relação ao Japão, que registrou taxa de desemprego equivalente a 3,4% em 1966. Resta ver que tendência prevalecerá futuramente, de um lado e outro do Pacífico.

Parece que o mandatário norte-ame-

ricano não defendeu com tanto ardor a idéia da superioridade econômica do seu império por veleidades acadêmicas ou científicas. Tem mais interesse em justificar a diplomacia dos EUA e impor ao mundo o seu próprio ponto de vista - não foi por outra razão que, de Jospin e Kohl, ele provocou reações iradas na Europa.

Finalmente é preciso destacar que o processo de declínio relativo da liderança econômica dos EUA no globo não é uma coisa que se resolve do dia para a noite - o tema ainda vai render muita polêmica. Seria estupidez política concluir que Tio Sam deixou de ser o principal inimigo dos povos, em particular na América Latina. A relevância política deste debate reside no fato de que a contradição entre o apetite hegemônico da burguesia americana e sua decadência econômica é uma das principais forças motrizes da diplomacia mundial em nossos dias. É o pano de fundo das divergências verificadas na cúpula de Denver, dos conflitos no Golfo Pérsico, das leis Helms/Burts e D'Amato, dos conflitos em torno da constituição da Alca, entre outros fatos. Por isto, a compreensão do tema pelos comunistas é indispensável. Cabe esperar que o fogo da polêmica forje uma consciência mais sólida e clara a este respeito.

¹ Entre as exibições grotescas que precederam e deram o tom da cúpula de Denver - provocando irritação nos europeus e, quem sabe, o mau humor do primeiro-ministro japonês, que com meia dúzia de palavras, posteriormente desmentidas, levou o pânico aos especuladores da Bolsa de Valores de Nova Iorque na segunda-feira, 23/06 - o presidente dos EUA saiu-se com esta pérola do pensamento neoliberal: "Estamos testando os limites de uma teoria - para a qual ninguém sabia a resposta quando começamos -, que é a de saber se podemos ou não esticar o ciclo empresarial para além de seus limites normais, por causa da produtividade (em alta), mercados abertos, avanços tecnológicos e uma política sólida." Dito de outro modo, Clinton tem a pretensão de ter revogado a crise cíclica do capital. De joelhos, senhoras e senhores, diante do todo poderoso das Américas, cuja vontade dobra as leis da história econômica do capitalismo (até agora tida como objetivas) e conforma as regularidades do nosso universo).

*Do secretariado do Organismo de Base dos Condutores de São Paulo

CONTRIBUA PARA A REALIZAÇÃO DO 9º CONGRESSO DO PCdoB



Participe da promoção do 9º Congresso. Prêmios de R\$ 1,00 a R\$ 5 mil! Entre em contato com o PCdoB-GO, rua 232, nº 50, Setor Leste Universitário, Goiânia, Goiás, CEP 74605-140. Telefone (052) 212 4014. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Notas sobre a crise capitalista

Parte I

(Adeus ao dogmatismo?)

Sérgio Barroso*

“Não é a negação vazia ... que é característica essencial na dialética ... mas a negação como momento de conexão, como momento do desenvolvimento ...” (Lênin, *Conspeto do livro de Hegel “Ciência da Lógica”, 1914*).

Seria um erro pensar que esta **tendência para a decomposição impede o rápido crescimento do capitalismo. Não. Certos ramos industriais, ... setores da burguesia... países, manifestam-se, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências**” (Lênin, *O Imperialismo, etapa superior do capitalismo, 1916*).

1. Sabe-se, de cor e salteado, que o quadro de bipolaridade mundial, resultante do pós guerra, exigiu da grande burguesia a ruptura com os paradigmas econômicos neoclássicos. O keynesianismo, assentado ainda na regulação fordista, recompôs as bases do crescimento capitalista utilizando o então execrado Estado. Cerca de vinte anos foram suficientes, não só para a manutenção de taxas médias de crescimento econômico razoavelmente elevadas, mas também para impulsionar um novo “salto” no desenvolvimento das forças produtivas - a terceira revolução industrial.

O livro de Lênin sobre o imperialismo é um marco na história do movimento marxista. Coisa de gênio, o texto contém até hoje ensinamentos decisivos, muito ao contrário do que pensam alguns. Mas sua crítica demolidora da decadência histórica do capitalismo - exame profundo da sua essência - não turvou sua visão dialética. Já naquela época ressaltava, digamos, a outra ponta da contradição do fenômeno, examinando a “união da análise e da síntese - a decomposição em partes isoladas, ... a adição destas partes” (Lênin, *Conspeto*).

Apreendendo o mesmo princípio analítico, o documento do Partido sobre o Programa Socialista, em *A crise mundial do capitalismo*, afirma que, “Contudo o capitalismo ainda se desenvolve apesar do parasitismo e da decomposição”; caracteriza a tentativa de um novo padrão de crescimento como “monopólio de pequeno grupo”, o que também é certo. O problema das perspectivas do capitalismo, provavelmente, nunca foi tão crucial como no ocaso do século XX. Está intrinsecamente ligado à passagem a um novo sistema socialista e revolucionário. Ou como diz **inovadoramente** nosso Programa, à fase de **transição** do capitalismo ao socialismo. A análise, portanto, dos traços fundamentais da crise capitalista reclama a não simplificação - num quadro mundial de crise e regressão da experiência socialista.

2. Desde 1986, o inglês Paul Kennedy chama a atenção para o caráter **relativo** da decadência (ou declínio) do imperialismo norte-americano. Seu excep-

cional livro, *Ascensão e queda das grandes potências*, não tem paralelo em matéria de abrangência, exaustivo detalhamento de informações e rigor de pesquisa. Minucioso exame sobre a crise dos EUA - note-se bem, antes do colapso da URSS - traz, entretanto, conclusões claras: “Em todas as análises de erosão da liderança americana é preciso repetir sempre que o declínio é relativo e não absoluto, sendo portanto perfeitamente natural”. Alinhando antes os ramos da indústria onde os EUA sofreriam também “relativo declínio industrial”, diz Kennedy que “como a economia americana é tão grande e variada, alguns setores e regiões podem estar crescendo ao mesmo tempo em que outros estão em declínio”, por isso mesmo, afirma o historiador: caracterizar o todo com generalizações abrangentes sobre “crises” ou “surto de prosperidade” é, portanto, inadequado (pp. 498, 501, 506). Em 1993, já pós colapso soviético, Kennedy volta à carga. Em *O Futuro dos Estados Unidos*, esclarecedora interpretação de crise, assevera, novamente, ser a decadência “relativa e gradual, simulada e não dramática”, mesmo levando em consideração os EUA não poderem manter seu *status* indefinidamente. Kennedy segue analisando os déficits, as dívidas, o declínio industrial relativo, as taxas de crescimento e segue, inabalável: “Contudo, os Estados Unidos continuam sendo o país mais importante do mundo, em poderio econômico e militar, em influência diplomática ...” (pp. 29 e 35).

3. O documento sobre a situação internacional (*Projeto de Resolução Política - 9º Congresso do PCdoB*) carrega duplo erro, oriundo de um enfoque esquemático. Primeiro, não aborda o neoliberalismo como sendo um programa-doutrina do capital financeiro da nossa época. A propósito, enquanto o texto introdutor do Programa Socialista - *A crise mundial do capitalismo* - salienta que “A decomposição do capitalismo expressa-se claramente no aumento do parasitismo, uma das marcas mais salientes da crise mundial”, as referências a essa questão fundamental são absolutamente incompreensíveis - para não dizer ridículas e sem qualquer significado. Assim como dizer que a “essência econômica do neoliberalismo” é a busca dos lucros das multinacionais (ponto 9) e o neoliberalismo é a doutrina do capital financeiro, por ter sido responsável teórica e ideologicamente pela desregulamentação dos sistemas bancários e financeiros (ruptura com Bretton-Woods, a partir de agosto de 1971 - Chénais, 1996), deliberada pela oligarquia norte-americana, para reverter as tendências de estagnação econômica, de crescimento da dívida federal e dos crescentes déficits na balança de pagamento. Novos mecanismos de proteção às inovações “financeiras” (explosão dos bancos de investimentos, a busca da mobilidade-rentabilidade-liquidez-especula-

ção, inversão no curto prazo e captação no longo para composição de lucros produtivos e financeiros etc.), conduziram a uma fenomenal concentração do poder financeiro mundial. Invade os principais centros capitalistas do planeta a receita norte-americana de o Estado sancionar e bancar transações de seu complexo financeiro, mas também industrial e comercial, que passa a ser proprietária de companhias de seguros, emisoras de títulos-ações-bônus-*securities*-poupança etc. (ver: J.C. Braga, *A financeirização da riqueza*, 1993). Decorre exclusivamente daí o poder que a “globalização” neoliberal emprestou aos oligopólios multinacionais.

Processo que busca as bases do novo padrão de acumulação, a “globalização” financeira traz em seu bojo um grau de parasitismo do capital de extraordinárias proporções. Perguntando por que a recuperação dos lucros não levou à recuperação dos investimentos (anos 80), Perry Anderson responde dizendo: “essencialmente ... a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão muito mais especulativa do que produtiva”, (*Pós-neoliberalismo*, 1994). Meses antes da crise mexicana, o especialista em finanças internacionais, Félix Rohatyn, alertando que uma crise financeira nos anos 90, em função da maior instabilidade bem como maior interligação do sistema financeiro mundial, poderia ser muito mais séria,

concluiu seu artigo para *The New York Review* exigindo revisão na estrutura financeira mundial, “para reduzir o risco de um enorme prejuízo causado por uma quebra que não poderia ser contida localmente” (*Capital mundial: a necessidade e os riscos*, Política Externa - Paz e Terra, 94 - 95).

Impressiona ainda saber que, no começo dos anos 90, a soma total de ativos financeiros, mais propriedades imobiliárias da economia japonesa era igual a 35 trilhões de dólares, enquanto seu PNB representava 32 trilhões de dólares - 21 trilhões correspondendo a ações e títulos! (Braga, *idem*).

A crise mexicana - deflagrada pela alta nas taxas de juros norte-americanas, em dezembro de 1994, fez o PIB desabar 5%, a inflação foi à casa dos 50%, o desemprego alcançou 25%, e mais 2,5 milhões de pessoas foram parar abaixo do limite de “pobreza extrema”. Recentemente, foi a vez da Tailândia. Ataques especulativos à sua moeda forçaram uma operação de emergência por parte de vários países do Sudeste Asiático.

De nada adiantou: a economia tailandesa ficou à deriva, devendo viver este ano e no próximo “a pior recessão dos últimos trinta anos”. (*O ESP*, 20/06/97).

Indiscutivelmente, o parasitismo financeiro capitalista é o principal aspecto da “globalização” neoliberal, bem como a contraface do seu corpo doutrinário.

*Do Comitê Central

REGULAMENTAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA TRIBUNA DE DEBATES DO 9º CONGRESSO

RESOLUÇÃO 02/97

Artigo 1º - O Comitê Central publicará a Tribuna de Debates do 9º Congresso, como órgão destinado à exposição das opiniões individuais dos filiados sobre o temário do Congresso.

Artigo 2º - A Tribuna de Debates circulará quinzenalmente, durante os meses de junho, julho e agosto.

Artigo 3º - A Comissão Editorial da Tribuna de Debates fica constituída pelos camaradas José Reinaldo Carvalho, Walter Sorrentino e Jairo José.

Artigo 4º - Somente participarão da Tribuna de Debates os filiados ao Partido.

Artigo 5º - É livre o direito de expressão dos filiados, respeitada a ética partidária. Não serão publicadas matérias que contenham ataques pessoais a filiados ou ataques sem fundamento ao Partido.

§ 1º - A Comissão Editorial da Tribuna de Debates, considerando alguma matéria em desacordo com esta regulamentação, enviará o artigo de volta a seu autor com as observações pertinentes;

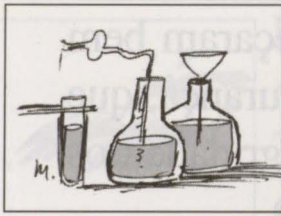
§ 2º - Cabe ao autor recurso à Comissão Política do Comitê Central, caso deseje a publicação do artigo na forma original.

Artigo 6º - Cada filiado terá o direito de publicar até 4 artigos, com o tamanho máximo de 4 laudas, de 20 linhas de 70 toques, por artigo.

Artigo 7º - As matérias deverão ser enviadas por correio para Rua Major Diogo 834, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP: 01324-000, por Fax (011) 606-4104, ou pelo e-mail: pcdob@ax.apc.org.br aos cuidados da Comissão Editorial.

Artigo 8º - As matérias serão publicadas pela ordem de chegada.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Aconteceu nos dias 18 e 19 de junho últimos, na Câmara dos Deputados, o seminário sobre a política nacional de ciência e tecnologia, promovido pela Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia

A defesa do sistema nacional de ciência e tecnologia

Edvar Luiz Bonotto

A Frente envolve parlamentares de diversos partidos (PT, PC do B, PDT, PMDB, PV) e inclui também membros da base governista, do PSDB e PFL contrários ao desmonte do sistema nacional de ciência e tecnologia que vem sendo implementado pelo governo federal.

O manifesto de preparação do seminário afirma que "os cientistas estão perplexos ante o notório agravamento da crise que solapa a eficiência do 'Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia'. Universidades e institutos de pesquisa oficiais, que deveriam ser o baluarte da construção de uma sociedade democrática, justa e desenvolvida, vivem em constante sobressalto com os radicais cortes orçamentários, restrições burocráticas de toda ordem, crescente perda de seus recursos humanos mais capacitados e em todos os níveis."

O manifesto conclama ainda "a comunidade científica brasileira a defender o papel do Estado, a soberania nacional e os interesses sociais coletivos, trabalhando incessantemente para conscientizar o governo em relação ao dever irremovível que lhe compete, de promover por todos os meios o desenvolvimento científico e tecnológico, abandonando o equívoco de eximir-se dessa responsabilidade e adotando uma política que atenda aos reais interesses da Nação."

As discussões do seminário versaram sobre as relações da ciência e tecnologia com o Estado nacional e as imensas dificuldades que os pesquisadores e instituições de ciência têm enfrentado para sustentar a produção científico-tecnológica no Brasil.

Estiveram presentes, além de parlamentares, cientistas como Clodovaldo Pavan, Ivan Izquierdo, Warwick Kerr, Luiz Pinguelli Rosa, Roberto Romano, entre outros.

Na mesa de abertura do evento, *O Estado Hoje*, o jurista Aristides Junqueira se referiu ao não cumprimento dos artigos referentes à ciência e tecnologia da Constituição de 1988.

O professor Ivan Izquierdo (UFRGS), debatedor do tema



Aldo Rebelo: FHC está promovendo o desmonte da produção científica brasileira

Políticas Científicas e Tecnológicas nas Universidades e nos Institutos de Pesquisa, ressaltou que os baixos salários dos cientistas e professores universitários acarretam dificuldades, como a conseqüente evasão de muitos deles. A falta de pers-

pectivas obriga muitos dos bons cientistas brasileiros a buscar melhores condições de trabalho, especialmente em outros países. Isso inviabiliza até a continuação de pesquisas já em estágio de adiantado desenvolvimento.

Segundo o deputado Ivan

Valente (PT/SP), coordenador do seminário, há uma necessidade cada vez maior de entrosamento entre a comunidade científica e o parlamento, para desenvolver um projeto nacional. E, nessa direção, para o deputado Aldo Rebelo,

debatedor do tema *A importância da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento*, a sociedade está decepcionada diante da política para a área, desenvolvida pelo presidente-sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Para o deputado, se esperava do presidente, pelo menos nesse campo, alguma iniciativa para melhorar o setor, mas, ao contrário, o que se vê é o desmonte da nossa capacidade de produzir ciência e tecnologia.

A 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (13 a 18 de julho na UFMG, Belo Horizonte) deverá continuar esse debate. A comunidade científica encontra-se diante de duas possibilidades: esperar algum apoio, que nunca vem, por parte do governo FHC; ou arregaçar as mangas e exigir a mudança de rumo, rejeitando a política neoliberal que vem provocando a secundarização do papel da ciência e tecnologia e a desvalorização da profissão de cientista no Brasil de hoje.

Abertura econômica reduziu transferência de tecnologia

No seminário sobre Política Nacional de Ciência e Tecnologia organizado pela Frente Parlamentar em defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Química Fina (ABIFINA), Kurt Politzer apresentou uma interessante análise sobre o esforço de inovação no Brasil. Reproduzimos, aqui apresentada por ele na mesa sobre Financiamento da Pesquisa.

"Desejo iniciar esta apresentação pela menção de um importante trabalho desta casa, intimamente relacionado com o tema deste seminário: o relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o atraso tecnológica brasileiro (CPMI, *Causas e dimensões do atraso tecnológico*. Centro de Documentação e Informação - Coordenação de

Publicações, Brasília, 1994).

O item 5 do Parecer da Comissão (CPMI) recomenda a adoção de 42 medidas, várias contendo subitens, num total de 69, contendo objetivos específicos.

Destas medidas, uma foi integralmente cumprida, cerca de seis o foram apenas em parte; em relação a duas foram adotadas medidas em contradição com as propostas e quanto às demais nada de conclusivo foi realizado.

Verifica-se que um trabalho sério e exaustivo, abordando problemática de fundamental importância para o país, não teve o acompanhamento e a divulgação merecidas.

Este exemplo infelizmente não é singular, já que se encontra acompanhado de inúmeros outros em que estudos e manifestações sérias e construtivas não tiveram a necessária con-

seqüência. Aqui cabe uma citação de um estudo intitulado *A pesquisa industrial no Brasil como fator de desenvolvimento*, realizado por equipe mista do Brasil e EUA, cujos membros foram designados, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil e Academia Nacional de Ciências dos EUA, a qual trabalhou ao longo de 15 meses, realizando 34 reuniões, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Columbus e Dallas. Das dez providências recomendadas, três foram parcialmente adotadas e uma, integralmente cumprida, não teve a necessária continuidade.

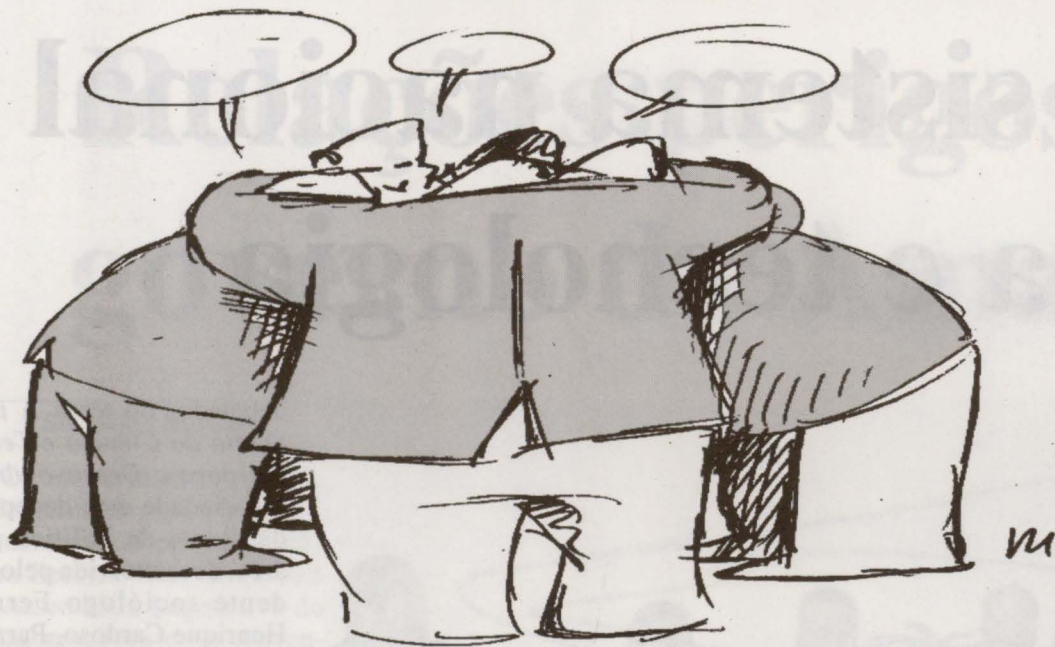
Tais exemplos parecem indicar que a Ciência e Tecnologia não são categorias importantes, que pesquisa científica é um luxo na atual conjuntura e que tecnologia estará disponí-

vel através de investimento estrangeiro direto ou de transferência através de compra de tecnologia exógena.

Realmente, houve época em que certos setores de atividade econômica puderam desenvolver-se com base em tecnologia comprada no exterior e mais ou menos bem absorvida e adaptada pelo usuário nacional. Ocorre que a abertura econômica, tal como adotada pelo Brasil na presente década, aliada aos aspectos conhecidos da globalização e do cerceamento ao livre trânsito do conhecimento de valor econômico, levaram à redução drástica da prática de transferência de tecnologia em prol da exportação, pelos detentores de tecnologia, aos quais que as incorporam, especialmente daqueles de elevado conteúdo tecnológico." [...]



Os preparativos da reunião de cúpula de Amsterdã começaram bem cedo. Afinal, tratava-se de montar um dispositivo de segurança, que envolveu mais de cinco mil agentes, para assegurar a integridade dos dirigentes governamentais de 15 países da União Européia



Há alternativas à Europa neoliberal

Numa cidade como Amsterdã, pouco habituada a grandes agitações, a preparação da reunião de cúpula deu nas vistas. Mais estranharam ainda os holandeses que, habituados desde sempre a ver a sua rainha passear pelas ruas da cidade acompanhada apenas por alguns seguranças, tinham agora zonas da cidade completamente isoladas, com a circulação por ruas e canais interrompida...

A montagem da cúpula intensificou-se nos últimos dias que precederam a reunião, com as patrulhas policiais saindo à rua e as cabeças pensantes europeias a ultimarem as rezas para que tudo corresse bem e não houvesse problemas com o Pacto de Estabilidade.

Amsterdã foi o primeiro Conselho europeu cuja realização provocou uma forte contestação popular. Pela primeira vez uma reunião de cúpula deste tipo decorreu sob a pressão popular.

A marcha contra o desemprego, a precariedade e a exclusão, iniciada há várias semanas em diversos pontos da Europa, afluiu a Amsterdã, para coincidir com a cúpula. Mais de 50 mil pessoas desfilaram pelas ruas da cidade, com palavras de ordem contra o desemprego e a moeda única pronunciadas nas mais diversas línguas. Da Espanha, França, Bélgica, Noruega, Finlândia, Grécia, Dinamarca, de quase todos os cantos da Europa os caminhos conduziram à capital holandesa. Portugal também contava com manifestantes, na sua maioria militantes do PCP emigrados na Holanda.

Assim, nos dias que antecederam a cúpula, Amsterdã fervilhou de iniciativas, quase todas organizadas à escala europeia, de diversos setores da sociedade que aproveitaram o momento para fazer ouvir mais alto as suas vozes. Se a montanha, leia-se os governos europeus, quer continuar a tomar decisões à revelia dos povos, então os povos vão atrás da montanha para que ela os ouça.

Nos dois dias anteriores à cúpula decorreu uma reunião organizada pelo Partido Socialista da Holanda que discutiu as "Alternativas Progressistas à União Européia Neoliberal", na qual participou uma delegação do PCP. Neste encontro, em que participaram vários partidos de esquerda, comunistas e progressistas europeus, ficou mais uma vez demonstrado que há outros caminhos. Basta querer fazer uma política que seja determinada pelo interesse dos povos e não do grande capital.

Virar à esquerda

Os diferentes oradores levaram à discussão descrições das situações vividas nos seus países e sugestões para o prosseguimento de caminhos alternativos. Uma idéia muito enfatizada foi a necessidade de se passar da resistência às políticas neoliberais que se estão a impor por toda a Europa a uma fase de apresentação e difusão de propostas alternativas da esquerda. Neste contexto insistiu-se uma vez mais na redução do tempo de trabalho como forma de criar empregos e na necessidade de se contrapor à inevitabilidade e fatalidade da União

Europeia Monetária a alternativa de uma moeda comum, que criasse uma nova forma de cooperação monetária, como defendem os comunistas franceses.

Os trabalhos da conferência prosseguiram com a realização de *workshops* temáticos onde se aprofundaram temas como os efeitos sociais da União Monetária, os efeitos da União Européia na soberania nacional e a caminhada para os "Estados Unidos da Europa".

Na sua intervenção, o representante do PCP, Agostinho Lopes, após fazer uma descrição da situação portuguesa, criticou "a tentativa de conciliação impossível da lógica de Maastricht e, em particular, da UEM, com efetivas políticas sociais e o objetivo do pleno emprego".

Terão os líderes de governo escutado e ponderado as diversas mensagens deixadas em Amsterdã antes de tomarem as decisões que influenciam a vida de todos nós? Pelos resultados conhecidos vê-se que não. Valeu a pena o esforço? As eleições francesas, por exemplo, mostraram que o autismo pode dar maus resultados. A capacidade de mobilização demonstrada em Amsterdã indica que os povos podem agüentar muita coisa mas também se cansam e agem. Como José Saramago escrevia em "Levantado do Chão": "Quem em tudo isto não encontrar novidades, precisa que lhe tirem as escamas dos olhos ou lhe abram um buraco na orelha"...

(Publicado no jornal Avante! órgão do PC Português)

Obra e imagem de Che estão vivas

"...se delineia a todo jovem comunista ser essencialmente humano, ser tão humano que se aproxime o melhor do humano, purificar o melhor do homem por meio do trabalho, do estudo, do exercício da solidariedade continuada com o povo e com todos os povos do mundo, desenvolver ao máximo a sensibilidade até sentir-se angustiado quando se assassina a um homem em qualquer canto do mundo e para sentir-se entusiasmado quando em algum canto do mundo se levanta uma nova bandeira de liberdade." Che O que deve ser um jovem comunista, discurso em comemoração ao segundo aniversário da integração das Organizações Jovens, 20 de outubro de 1962

Faz 30 anos que Ernesto Che Guevara, após ser capturado e ferido, foi assassinado pelo Exército da Bolívia, por ordem de Washington. Segundo os assassinos, "seria quase um terremoto... levar esse revolucionário ao banco dos réus". Seu corpo até hoje continua desaparecido, mas sua obra e sua imagem continuam mais vivas do que nunca. "O artista pode morrer, especialmente quando se é artista num campo tão perigoso como a luta revolucionária. Mas o que certamente nunca morrerá é a arte à qual ele dedicou a sua vida, a arte à qual dedicou a sua inteligência". Fidel Castro, *Che na lembrança de Fidel*.

Em Cuba foi chefe do Departamento da Indústria, do Instituto Nacional de Reforma Agrária, presidente do Banco Nacional, ministro da Indústria; chefou várias delegações e discursou nas Nações Unidas, uni-

versidades e fóruns internacionais. Implantou, com seu próprio exemplo, o trabalho voluntário em Cuba.

Seus discursos polêmicos, atacando o burocratismo soviético, cobrando dos países socialistas ajuda à guerra do Vietnã e conclamando a todas as nações do Terceiro Mundo a se levantar contra o domínio dos EUA, passaram a "ser uma fonte de preocupação para os imperialistas, porque é uma fonte de inspiração para os revolucionários" (Fidel Castro, *idem*).

Com a morte de Che, ao contrário do que esperava a burguesia mundial, seu exemplo e sua imagem cresceram pelo mundo, levantando bandeiras de liberdade em vários países e continentes, incluindo os próprios Estados Unidos.

A partir desse crescimento, tudo se tem feito para separar a imagem de Che Guevara da Revolução Cubana. Afirmam que não havia mais lugar em Cuba para ele por motivos de desavenças com Fidel Castro; que suas declarações na OEA não agradaram a "cúpula cubana" e, por este motivo, precisou ir embora, etc., etc. Na verdade, tentam colocá-lo como produto de consumo, que vai desde marca de tênis, cerveja, até livros. Procuram através de fofoquinhas baratas, desvencilhar o homem do revolucionário e o revolucionário de sua própria revolução vitoriosa.

Para homenageá-lo nos 30 anos de sua morte e resgatar sua contribuição política e revolucionária, o Instituto Mauricio Grabóis e o Centro de Estudo Sindicais estão promovendo o Concurso Che Guevara.

Concurso Che Guevara

- Prosa: com no máximo de 150 laudas, enviada com 5 cópias em papel é gravada em disquete (Word 6.0);
- Poesia: com 5 cópias em papel e em disquete (Word 6.0) e
- Cartaz: em tamanho natural e 4 cópias, que podem ser de tamanho reduzido.

O concurso vai até 30 de julho de 1997 e os prêmios serão assim distribuídos:

- 1º lugar de prosa e poesia: publicação - cartaz: (uma viagem a Cuba);
- 2º lugar: R\$ 300,00
- 3º lugar: R\$ 150,00

Os concorrentes enviarão, separadamente em envelope lacrado, o pseudônimo, nome completo datilografado, título do trabalho e assinatura legal em nome de:

CONCURSO CHE GUEVARA
 Rua Monsenhor Passalacqua, 158, CEP 01323-010, São Paulo - SP.
 Informações: (011) 289-9574 - Antônio.
 Os que quiserem colaborar para o maior êxito do Concurso poderão depositar qualquer quantia no Banco do Brasil S/A, agência 0018-3, C/C 956427-6, em nome de Centro de Estudos Sindicais.



Entre a noite de 30 de junho e a madrugada de 1º de julho próximos, o povo chinês viveu novamente horas de triunfo e merecida alegria. Hong Kong adormeceu colônia inglesa e despertou independente e reintegrada à pátria-mãe como região administrativa especial

Anti-racismo

O Grupo Confederal Esquerda Unitária Européia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu realizou um encontro sobre "A luta contra o racismo", com a participação de ativistas de movimentos anti-racistas e de associações de emigrantes dos países da União Européia, durante a última sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

O encontro procurou relacionar o racismo e a xenofobia (institucional ou não) nos diferentes Estados-membros da União Européia, aprofundar a reflexão sobre os problemas existentes, contribuir para o desenvolvimento da luta anti-racista e elaborar propostas a submeter às instâncias nacionais e européias.

A tomada de medidas concretas que permitam alterar a atual realidade foi sublinhada neste encontro, bem como a necessidade de assegurar o direito à cidadania ao imigrante. A implementação de processos de regularização adequados, a condição de refugiado humanitário, o apoio por parte dos governos à atividade das associações anti-racistas e de imigrantes, a criação de um "Observatório Europeu de Fenômenos Racistas e Xenófobos", o assegurar das condições de vida a todas as pessoas, foram algumas das direções de trabalho apontadas.

Esta iniciativa aconteceu no momento em que se constata um crescimento preocupante de teses racistas e xenófobas junto da opinião pública, assim como um inquietante crescimento de delitos e discriminações, que se traduzem por atentados à dignidade e ao desrespeito dos direitos fundamentais em matéria de emprego, habitação, saúde, escolarização e exercício da cidadania.

Homenagem a Kim Il Sung

No próximo dia 8 de julho, o Palácio Memorial Kumsusan e a colina Mansu, de Pyongyang, serão os palcos centrais das homenagens ao líder da revolução coreana, Kim Il Sung. Nesse dia completam-se 3 anos de seu falecimento. Considerado o maior herói de seu país, Kim Il Sung foi o dirigente máximo da Coreia desde a liberação do jugo colonial, em 1945, até o seu falecimento. Nesse período, recebeu mais de 70 mil personalidades estrangeiras de 136 países, e visitou mais de 80 países, desenvolvendo atividades oficiais.

Hong Kong: descolonização, ainda que tardia

Aldo Rebelo*

Uma das sobreviventes mais importantes da expansão colonialista européia chegou ao fim e a China, a nação mais populosa e mais antiga do mundo, deu um enorme passo para sua completa reunificação. Ficará faltando apenas a devolução de Macau, em 1999, já acertada com o governo português, e o retorno de Taiwan, ocupada pelas tropas derrotadas de Chiang-Kai-Chek em 1949 e desvinculado do continente com o apoio militar, diplomático e econômico dos Estados Unidos.

Em vez de congratular-se com o povo e o governo da China que, liderados pelo Partido Comunista e ao preço de enormes sacrifícios, têm dado provas, ao longo de várias décadas, de firmeza e flexibilidade incomuns para consolidar a independência e a unidade de seu país, uma parte dos funcionários britânicos e da mídia ocidental não conseguem esconder seus preconceitos e seu inconformismo. Torceram para que algum incidente ocorresse entre as novas autoridades chinesas e manifestantes locais. Ou para que boatos alarmistas insuflassem uma onda emigratória ou uma fuga de capitais. As pesquisas de opinião indicam, no entanto, que a maioria dos 6 milhões de habitantes da ilha e territórios adjacentes aguardou a independência e a incorporação à China com tranquilidade e confiança.

É espantoso que funcionários britânicos e comentaristas ocidentais invoquem a preocupação com as liberdades democráticas como motivo para suas ressalvas. A Coroa britânica mantém seu domínio sobre Hong Kong há 156 anos e não há nada mais contrário à democracia e à autodeterminação dos povos do que a opressão estrangeira. O território, com seu porto cobijado, foi arrancado à China através do Tratado de Nanquim, de 1842, o primeiro dos tratados desiguais que as potências ocidentais e o Japão impuseram à decadente dinastia imperial da época.

A Inglaterra obteve a concessão de Hong Kong às custas de uma guerra odiosa, que passou à história como a Guer-



Soldados do Exército Vermelho passeiam de barco, tendo ao fundo Hong Kong



ra do Ópio, precisamente porque o objetivo da Coroa inglesa era garantir, em linguagem contemporânea, o rentável narcotráfico, proibido pelo imperador chinês. Hong Kong iniciou suas ascensão econômica, portanto, como movimentado entreposto de ópio. Que direito têm as potências ocidentais de falar, hipocritamente, em democracia e direitos humanos?

Durante um século e meio, a Inglaterra manteve o controle de Hong Kong sem preocupar-se com a soberania chinesa ou com a autodeterminação dos habitantes locais. Apesar da prosperidade comercial e financeira do território, de onde emergiram bancos como o que adquiriu, recentemente, o Bamerindus brasileiro, uma parce-

la significativa da população local continuou enfrentando condições de trabalho e de moradia muito penosas. Assinado o acordo de devolução em 1984, as autoridades inglesas se apressaram em montar partidos e conselhos, eleitos em colégios restritos, com o objetivo de substituir seu domínio direto por influência indireta. Agem acertadamente as novas autoridades locais e o governo central da China, quando tratam de desmontar esses "cavalos de Hong Kong" e de construir novas instituições que assegurem efetivamente a independência do território e sua reintegração à pátria.

Se as potências ocidentais estão tão preocupadas com a autodeterminação das nações e a soberania dos povos, não faltam objetivos a que poderiam dedicar seus esforços. A Inglaterra continua ocupando as ilhas Malvinas, apesar dos protestos argentinos. A França não renunciou a seu domínio sobre a Guiana da Guayana francesa. Na sua fronteira amazônica, os Estados Unidos anexaram Porto

Rico, tomaram regiões inteiras do México e resistem a devolver o Canal do Panamá. E que dizer do povo palestino, privado até hoje de um Estado próprio, apesar das decisões em contrário das Nações Unidas?

O povo brasileiro sentiu na própria carne o jugo de uma metrópole colonizadora e teve de realizar esforços abnegados para conquistar sua independência estatal e preservar a integridade de seu território. Sabe, portanto, valorizar os movimentos de emancipação nacional e repudia qualquer forma de dominação colonial ou neocolonial de um punhado de grandes potências sobre outras nações. O Partido Comunista do Brasil julga, por conseguinte, interpretar os sentimentos da maioria de nosso povo quando saúda, com alegria, a independência de Hong Kong e o início de sua reintegração à pátria. Que o povo chinês, encabeçado pelo governo popular e pelo Partido Comunista, prossiga, com sua rica diversidade étnica e invejável perseverança, sua luta secular por dignidade e independência, pela unificação e prosperidade de sua pátria e pela construção de uma sociedade nova, mais justa e democrática.

* Jornalista, deputado federal (PCdoB/SP)



Realizou-se, no dia 16 de junho, ativo sindical do PCdoB para discutir a conjuntura nacional e o 6º Congresso da CUT. Estiveram presentes à reunião dirigentes sindicais de 15 Estados. Ao todo, participaram mais de 40 dirigentes e lideranças sindicais comunistas

Ampliar o campo classista da CUT

João Batista Lemos, da direção nacional do PCdoB, abriu o ativo chamando a atenção para o resultado recente das eleições na Europa, onde o eleitorado tem votado contra as políticas neoliberais. Citou a marcha de mais de 50 mil trabalhadores contra o desemprego como exemplo da resistência ao neoliberalismo. Registrou ainda a sequência de ações da oposição no Brasil, contra o governo FHC no primeiro semestre deste ano.

O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, fez uma intervenção especial no ativo e enfatizou a necessidade de acentuar o caráter classista e unitário à luta dos trabalhadores. Concluiu afirmando que os trabalhadores só obterão vitórias na defesa de seus direitos com a participação na luta política em curso, com destaque à eleição presidencial do ano que vem.

O ativo aprovou as seguintes resoluções: construir a unidade mais ampla das forças opositoras, intensificar a luta política de massas e fortale-

cer o Partido como força decisiva na luta de resistência e na luta revolucionária.

Quanto ao congresso da CUT, o ativo indicou a necessidade da unidade da central em torno de objetivos políticos de resistência ativa. O exemplo a ser seguido é o do dia 17 de abril, a Marcha dos Sem Terra, unidade na ação e mobilização de massas. Também ficou registrada a necessidade de reforçar e ampliar o campo classista dentro da CUT.

Em relação às alianças no Congresso da CUT foi rechaçada a idéia de formar chapas antecipadamente. O Congresso tem dois momentos. No primeiro, são discutidas e aprovadas as resoluções políticas e linhas de atuação da Central. Somente em um segundo momento é que são formadas as chapas para concorrer à direção da CUT.

Nesse sentido, os comunistas não concordam em reduzir o congresso a uma disputa despolitizada de chapas da oposição para se contrapor à situação. Por outro lado, foi registrado

que a maior unidade na central tem como obstáculo principal a falta de um plano de lutas que privilegie a mobilização unitária. Outro problema é a falta de democracia interna e o exclusivismo da corrente majoritária da CUT, que insiste com a tese do sindicato orgânico.

Hoje, a tendência dos comunistas é trabalhar pela chapa própria no Congresso da CUT. E, nos Estados, desenvolver alianças de acordo com as realidades locais para a formação de chapas nos congressos estaduais.

Realizando um balanço da atuação dos comunistas na CUT, foi constatado que nossa influência mais cresceu nos Estados onde atuamos de forma decidida na Central, ocupando os espaços e assumindo responsabilidade com a entidade. O ativo aprovou critérios para a indicação de nomes para compor as próximas diretorias das CUTs estaduais, regionais e da nacional: capacidade política, compromisso classista e disponibilidade para assumir a tarefa.

O PCdoB e a Cultura

Com o objetivo de levantar subsídios para a elaboração de uma política cultural a ser defendida pelo PCdoB, reuniu-se no dia 22 de junho, em São Paulo, representantes do trabalho cultural em alguns Estados (Alagoas, Goiás, Bahia e São Paulo), para uma primeira abordagem do tema.

A defesa da democratização dos meios materiais de produção artística e cultural, a sistematização do trabalho que já vem sendo realizado na área cultural e o fomento da inserção dos comunistas no meio intelectual e artístico onde ainda não exista, são tarefas mais imediatas propostas pelo jornalista José Carlos Ruy, através de um documento enviado para análise da reunião. Javier Alfaya, vereador pelo PCdoB em Salvador, relatou a experiência do I Seminário Sobre Ação Cultural do PCdoB/Bahia. Nele, procurou-se elementos para a ação cultural do Partido, tratou-se de cultura nacional e a domi-

nação ideológica, as experiências concretas de ação cultural e os planos para a elaboração de uma atividade cultural permanente no Estado. Javier propôs a criação de uma Comissão Nacional de Cultura, com seus desdobramentos nos comitês estaduais. Denise Carvalho, deputada estadual do PCdoB/Goiás e Itamar Pires, ex-secretário municipal de Cultura de Goiânia, relataram a atividade realizada em Goiás com os Fóruns Goianos sobre Cultura. No primeiro, em 1995, 3 mil pessoas debateram "Cultura e Estado". No segundo, mais de 10 mil reuniram-se para discutir "Cultura e Mercado". O terceiro, neste ano, discutiu "Cultura e Educação", com a importante participação de personalidades destacadas do meio cultural brasileiro, como Ferreira Gullar, Mário Chamie, Muniz Sodré e Dermeval Saviani. Ênio Lins, ex-secretário da Cultura de Alagoas, abordou a complexidade do tema e a ri-

queza da diversidade cultural regional do Brasil. "Não é possível padronizar uma política cultural, como se poderia fazer na frente sindical", argumenta Ênio. Célio Torino, ex-secretário da Cultura de Campinas, São Paulo, introduziu a discussão sobre a recuperação do patrimônio cultural brasileiro. Du Oliveira, artista goiano de destaque, concluiu que "Fernando Henrique vai se desmascarando diante da intelectualidade, que foi ganha num primeiro momento com seu discreto charme de sociólogo".

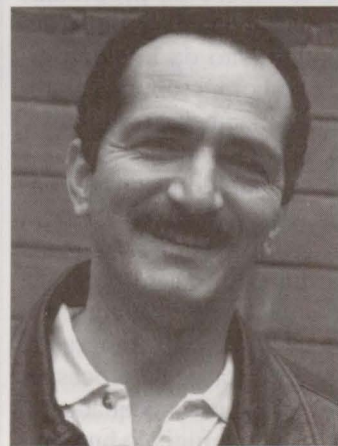
Com a participação do vice-presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, e de Pedro de Oliveira pelo secretariado nacional do Partido, além da presença do escritor Roniwalter Jatobá, a reunião traçou os próximos passos da atividade cultural dos comunistas. José Carlos Ruy e Itamar Pires vão coordenar o trabalho, elaborando um texto-base para a discussão mais ampla em todo o coletivo partidário.

Diap elogia atuação do PCdoB

Numa série que já se encontra na quarta versão, editada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), são apresentados os cem parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Num reconhecimento à sua atuação destacada, a bancada do PCdoB possui quatro dos seus dez deputados entre Os Cabeças do Congresso Nacional, todos apontados como eficientes críticos do projeto neoliberal de FHC.



Aldo Arantes: atual líder do partido, além de um bom debatedor, aparece também como negociador de expressão. Aldo Arantes recebeu ainda nota dez do Diap como constituinte e pela forte atuação junto aos movimentos populares, sobretudo na questão agrária.



Aldo Rebelo: apareceu nas quatro versões da série. Sua principal influência é como debatedor, mas ainda é apontado como bom articulador/organizador. É destacado também pela sua formação intelectual, assiduidade e pelo forte vínculo com os movimentos populares, sindicais e estudantis.



Jandira Feghali: pelo segundo ano consecutivo é apontada como influente debatedora e também como articuladora/organizadora. Sobressai-se ainda como uma forte presença feminina na Câmara e por exercer uma importante atuação nas discussões da seguridade social.



Sérgio Miranda: é apontado como hábil articulador e negociador. Ganhou expressão nacional pela sua atuação destacada na CPI do Orçamento, consolidando sua influência como debatedor na discussão das reformas da ordem econômica, em especial telecomunicações e setor elétrico.

Além da pesquisa dos "Cem Cabeças", o Diap aponta os dez parlamentares mais influentes, escolhidos pelos "Cem Mais". Essa pesquisa revela que a maioria é originária da Arena, compõe a base governista e segue a cartilha neoliberal. O deputado Sérgio Miranda está no bloco de influência, onde estão os outros dez parlamentares mais influentes. Sérgio aparece em 12º lugar na escolha feita pelos "Cem mais".

Filme de Barreto é traído pelo conteúdo

Cloves Geraldo

Desde que John Ford dirigiu, em 1962, *O homem que matou o facínora*, que a epígrafe de seu filme pode servir de ponto de partida para a adaptação de obras para o cinema. "Quando a lenda supera a realidade, publica-se a lenda". Não é outro o caso do filme de Bruno Barreto, *O que é isso companheiro*, baseado na obra homônima do jornalista e deputado federal Fernando Gabeira. O roteirista Leopoldo Serran usou o método americano de sintetizar situações, fundir personagens, dramatizar ações, de forma a tornar o tema - o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick (Alan Arkin) pela Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN) -, um assunto degustável para o público brasileiro e, principalmente, internacional.

Caminho duvidoso

A dupla Barreto/Serran preferiu a lenda. O seqüestro de Elbrick, realizado no dia 4 de setembro de 1969, para libertar os líderes estudantis Vladimir Palmeira, José Dirceu e Luís Travassos, virou um *thriller* cheio de ação, com Gabeira virando mocinho, seus companheiros vilões, e a repressão anti-herói. A questão é que a maioria dos participantes do seqüestro está viva e pode desmentir, em viva voz, a falácia da trama cinematográfica. Os fatos colocados pela história (não se trata, portanto, de versão) são fortes o suficiente para pôr em dúvida o caminho trilhado por Barreto/Serran. A começar pelas liberdades dramáticas, tomadas por Serran. Ao fundir no personagem Paulo/Gabeira (Pedro Cardoso) a iniciativa tanto do seqüestro quanto da autoria da carta, ele seguiu a máxima americana de ter um herói facilmente identificável pelo público, e deixou de lado a veracidade dos fatos.

A iniciativa do seqüestro partiu dos então estudantes secundaristas Franklin Martins e Cid Benjamin. Quem escreveu a carta divulgada pelo grupo foi o primeiro. Gabeira, de real, só

fez correções no texto e atendeu os dois oficiais da Marinha, que ao descobrirem o casarão da rua Barão de Petrópolis, em Santa Tereza, Rio de Janeiro, decidiram entrar, para confirmar suas suspeitas. Esta é a história. O ano de 1969 é o ano em que a ditadura militar dá a virada, endurece, e assume o poder, com a doença de Costa e Silva, o triunvirato, formado pelo almirante Augusto Rademaker, o brigadeiro Márcio de Souza de Melo, e o general Aurélio de Lyra Tavares. A censura baixa sobre a imprensa, as perseguições aos comunistas, aos democratas e até aos liberais aumenta. E, a partir daí, está aberto o caminho para o general Emílio Garrastazu Médici assumir o poder, liberando torturas, assassinatos e perseguições aos opositores da ditadura militar.

Nada disso aparece em *O que é isso companheiro*? Barreto opta por apresentar cenas de documentários da época e de seu filme em preto e branco para dar a idéia de documentário à sua obra. Mas não há o contexto, que poderia tornar o filme mais próximo à realidade. A contextualização da vida do povo na época, das perseguições, da tortura, melhoraria a exposição, enquadraria a decisão da DI e da ALN em um quadro mais amplo, em que o público iria entender melhor a iniciativa do seqüestro. Fica parecendo, pelo que se vê em *O (...) companheiro*, que foi uma decisão espontânea. E os militantes eram apenas jovens de classe média, brincando de guerrilheiros. Pelo contrário, o seqüestro foi um sucesso.

Longe dos fatos

Faltaram dados importantes em *O (...) Companheiro*, que lhe teria dado outra dimensão: as reuniões ministeriais nos gabinetes da ditadura militar. A doença de Costa e Silva, as resistências dos generais que depois formariam o triunvirato, e do ministro da Justiça, Gama e Silva. Permitiria ver as posições de Magalhães Pinto, então ministro das Relações Exteriores. Magalhães, segundo Ernesto Soto, em *Que tal seqüestrar o embaixador?* (JB,



Cena do filme *O que é isso companheiro*

Caderno B, pág. 3,19/04/97), "teve a clareza sobre a necessidade de se evitar a todo custo uma crise com os americanos, que, em última análise, significaria o fim para a própria ditadura". E depois, quando os oficiais subalternos se opuseram às negociações e, inclusive, à troca dos militantes presos pelo embaixador, antecipou a hora da troca, para evitar que eles invadissem o Galeão.

Os oficiais, em represália, "tomaram de assalto os transmissores da Rádio Nacional, interromperam a transmissão de um jogo de futebol (Bangu e Flamengo) e fizeram uma série de violentíssimos pronunciamentos denunciando a pusilânime covardia da Junta Militar". Esta dualidade, interessante para prender a atenção do público, ansioso para saber o desfecho da ação, tornaria o filme grandioso, contextualizado.

Uma obra de arte não se prende, necessariamente, ao contexto histórico, toma suas liberdades, mas deve ficar o mais próxima possível dos fatos.

Resposta à opressão

O que salva *O Que é Isso Companheiro?* é sua estética. Perfeita. Barreto demonstra ter evoluído como diretor. Já o demonstrara em *Atos de Amor*, feito nos EUA. Traz o público para perto dos personagens, permitindo-lhe acompanhar a história com facilidade. O clima evolui da cla-



Barreto: evolução como diretor de cinema



Seqüestro não foi passeio

ridade das primeiras seqüências para as sombras do período do seqüestro e volta à ampla iluminação no clímax, à saída do Maracanã, quando Elbrick é deixado entre os torcedores, no dia 7 de setembro. A tensão que se estabelece quando a ditadura recrudescer também contribui para o suspense. Há uma unidade, coisa rara no cinema atual, entre as interpretações e os fatos que se desenrolam na tela. Mesmo a humanização dos personagens - o choro do embaixador no banheiro e as dúvidas do seqüestrador, cheio de culpas e temores - não destoam do conjunto.

De qualquer forma, o seqüestro de Elbrick não foi um passeio ao farol. Tampouco representou uma atitude impensada de garotos da Zona Sul carioca, com seu linguajar, hoje ultrapassado, mas uma resposta à opressão. Enquadra-se na concretização da utopia, tão cara à juventude dos anos 60, configurada, principalmente, na luta de Che Guevara, na guerra do Vietnã, no movimento de liber-

tação feminina, na Passeata dos 100 Mil, nas Barricadas de Paris e nas explosões de Berkely, nos EUA. Os líderes da operação não tinham o apressamento ou o ar ensandecido como é retratado Jonas, o comandante da operação (o esplêndido Matheus Nactergale), ou os torturadores tinham tempo, para entre uma relação íntima e outra, terem reflexões e dúvidas sobre a sua tarefa.

Cinema engajado

Os melhores exemplos de cinema engajado foram dados por Gillo Pontecorvo, em *A batalha da Argel* e *Queimada*. Durante a luta de classe joga-se o jogo da classe no poder ou dos oprimidos. O cinema, ao retratar uma etapa desse conflito, cumpre o papel de levantar as dúvidas, os acertos e os desencontros. *O que é isso companheiro?* preenche importante espaço ao mostrar às novas gerações que houve um tempo em que a utopia não era um passeio ao shopping, mas a dedicação a uma causa transformadora da sociedade. Não é um grande filme, desses que o público quer ver de novo, para se deliciar com determinada cena ou seqüência, mas não decepciona quanto obra cinematográfica. Pena que a estética não esteja a favor do conteúdo.



Mais luzes sobre o Araguaia

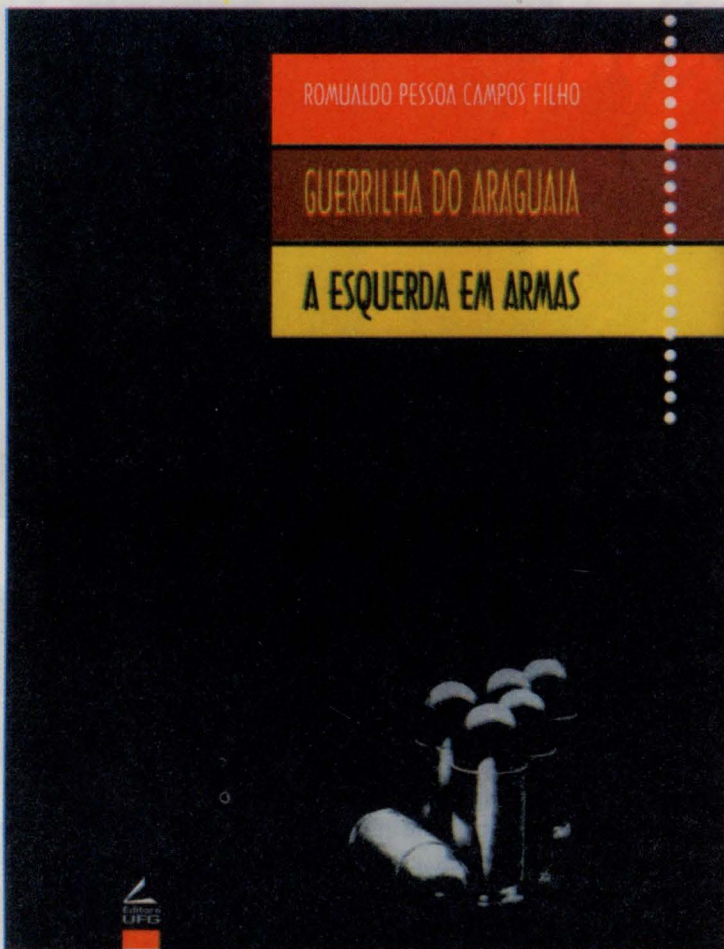
Gilvane Felipe

O preto e as balas. Melhor dizendo: seis balas dispostas sob um fundo mais que preto, tal é a capa. Uma bela síntese iconográfica do que se relata nas páginas seguintes. O preto representando os tempos escuros por que passava o Brasil no idos dos anos 60 e 70. As balas, quem sabe de um forma um tanto direta demais, representando, ao mesmo tempo, os anos de chumbo da repressão militar, assim como a reação de parte da população brasileira de então, que via no recurso às armas a maneira de sair daquela situação de opressão.

Apesar dessa primeira impressão de, quem sabe, tratar-se apenas de mais um livro genérico sobre a luta armada durante o regime militar, convém atentar à elogiável modéstia de Romualdo Pessoa Campos Filho, o autor que, logo às primeiras linhas, anuncia: "neste trabalho, entretanto, optamos por focalizar especificamente, a Guerrilha do Araguaia" (P.17).

O resultado é o enriquecimento substancial da obra que não se perde na profusão de questões suscitadas pelo tema genérico da luta armada. Não, o livro trata, à exaustão, apenas da Guerrilha do Araguaia e os leitores só tem a ganhar com esse enfoque especial sobre um episódio tão pouco conhecido.

Na introdução, o autor nos expõe com uma clareza quase cortante, o porquê da escolha do tema de pesquisa; o referencial teórico que procurou seguir; os livros que foram preciosos; os métodos que privilegiou na confecção do mesmo; além de discorrer sobre a importância de bem contextualizar o tema em estudo.



Num momento de claro refluxo da teoria marxista no mundo acadêmico, o autor nem por isso hesita em anunciar a utilização desse paradigma como norte teórico de seu trabalho, ao mesmo tempo em que polemiza certos modismos teóricos, tão vazios quanto passageiros que, infelizmente, assolam a produção intelectual em ciências humanas. O resultado final parece desmentir tudo o que se tem dito sobre o fim ou a estagnação do marxismo, ou pelo menos parece prenunciar que uma renovação está em andamento.

O livro de Romualdo narra detalhadamente, no terceiro capítulo, como se deu o processo de deslocamento de militantes

para a região do Araguaia, ressaltando o caráter consciente e voluntário deste ato, vinculada essa decisão a uma situação concreta de perseguição política nas grandes cidades, nas quais a maioria dos que para lá foram, moravam.

Ao se ler as passagens em que o autor descreve o treinamento e a adaptação daqueles "passarinhos urbanos", como dizia a canção de Toquinho e Belchior, às duras condições de vida na floresta amazônica, pode-se deduzir que os que para lá iam, e continuavam, estavam conscientes de fazer não só o correto, mas também a única coisa possível para atingir seus objetivos maiores.

Segundo Romualdo, no capítulo 2, o PCdoB, partido que organizou e dirigiu a Guerrilha do Araguaia, baseou sua estratégia nas idéias de Mao Tsé Tung, o líder revolucionário chinês, de guerra popular prolongada. Com isso, o autor polemiza com outras versões, mais apressadas, que dão conta de que nesse projeto o partido teria sido influenciado pelo foquismo de Che Guevara.

Trata-se de um debate importante, pois os preceitos do último, pouco tem em comum com os do primeiro, além do cenário prioritário da luta: o campo. No mais, o líder cubano distingue-se na ênfase (menor) à importância do partido político no processo e, no tocante à participação popular no embate, considerada bem-vinda, mas não essencial, como repetia insistentemente Mao.

Enquanto Che colocava o centro de suas preocupações estratégico-militares no treinamento militar de um pequeno grupo de combatentes altamente capacitado para o enfrentamento armado, o líder chinês, sem descuidar da preparação militar propriamente dita, priorizava, antes de tudo, o trabalho de envolvimento da população na guerra, por isso chamada por ele de popular.

Priorizando o trabalho de massa, a formação de sólidas bases de apoio, Mao não poderia descartar ou menosprezar o papel do partido político, garantia, segundo ele, de que os combatentes revolucionários não se confundiriam em sua prática guerreira com errantes, com bandidos. O trabalho do partido revolucionário seria a garantia de que as

ações militares estivessem em sintonia com os objetivos ideológicos e políticos da organização que, por sua vez, estariam sintonizados com os sentimentos e as aspirações da população local, coibindo possíveis excessos de seus combatentes, angariando, assim, simpatia e apoio à causa pela qual lutavam.

A Guerrilha foi derrotada. E o autor trata de enfrentar o problema sem falso triunfalismo. Discute as várias táticas empregadas pelo Exército brasileiro, à frente das outras Forças Armadas, para combater e destruir o movimento guerrilheiro. Enumera o que considera falhas e acertos dos guerrilheiros amazônicos, assim como os de seu adversário, culminando na narrativa da terceira e última campanha militar de cerco e aniquilamento.

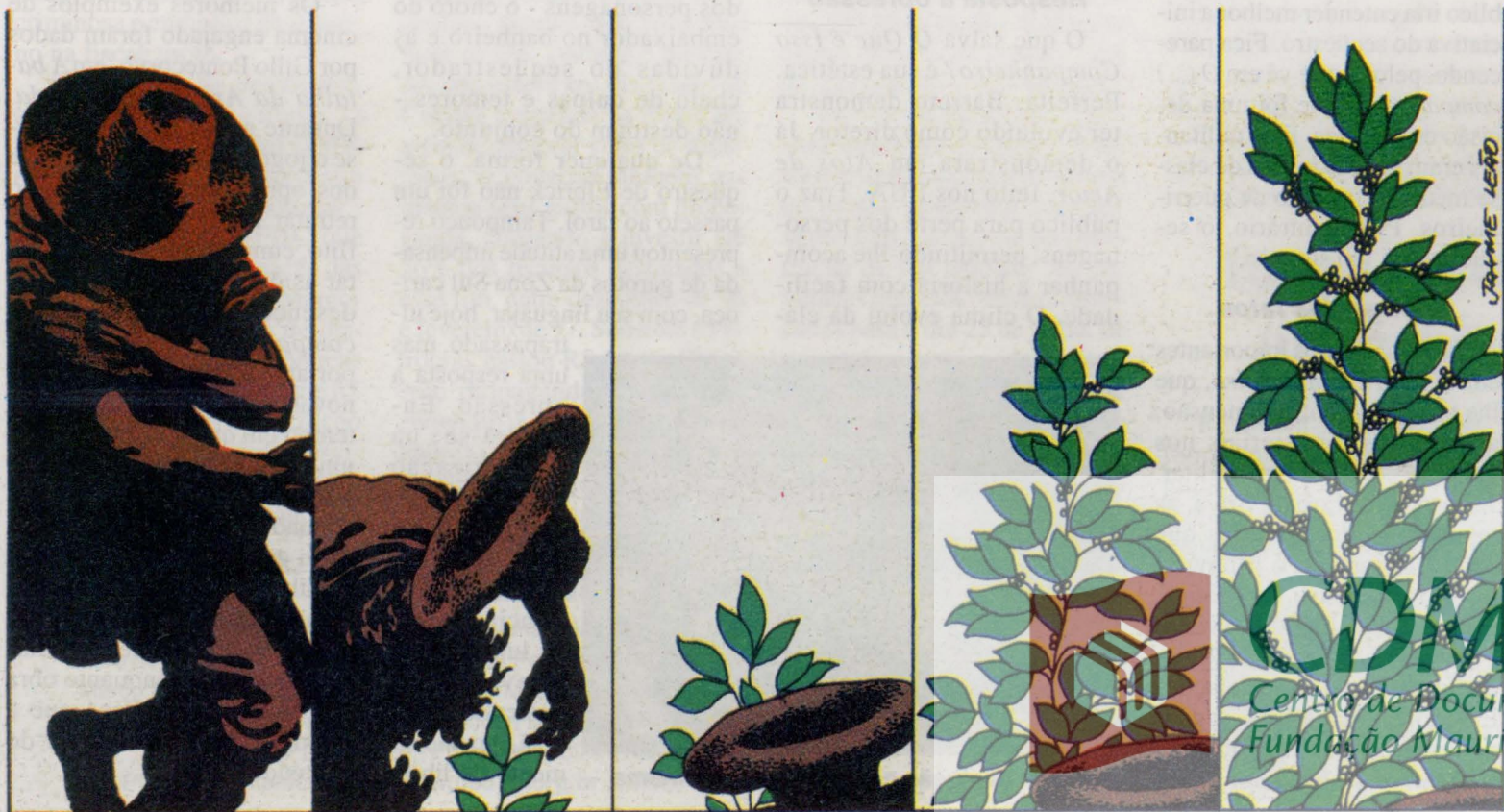
Naquele momento, de outubro de 1973 a janeiro de 1975, o atrito guerreiro atinge o paroxismo da violência, as Forças Armadas apelando, então, para o extermínio puro e simples dos guerrilheiros, para a repressão brutal aos habitantes da região, acusados de favorecer o movimento guerrilheiro; e até mesmo para o impensável, como a decapitação ou o fuzilamento de guerrilheiros aprisionados, prisioneiros de guerra, contrariando a Convenção de Genebra, da qual o Brasil é signatário.

O livro, a esta altura, acompanhando dialeticamente o ritmo do fato histórico que relata, atinge seu ápice. Podemos encontrar aí suas mais belas páginas.

Romualdo passa, então, a tratar das conseqüências traumáticas do enfrentamento que não se encerraram com a retirada das tropas militares em janeiro de 1995. Na região, o medo. No partido, a tristeza pela perda dos companheiros e a perplexidade pela derrota. Entre os familiares dos guerrilheiros, o começo de uma *via crucis* em busca de respostas sobre o paradeiro de seus entes queridos.

Seguem-se as conclusões, o *Post-scriptum* e os apêndices, que não resumirei aqui, como o fazem certos críticos de literatura e cinema, que roubam aos que lêem o prazer da surpresa de um final de livro ou filme. Apenas ressalto tratar-se das partes mais importantes do livro, onde se trabalha a relação de todo o ocorrido conosco, com o nosso presente e, quem sabe mesmo, com o nosso futuro.

Sem dúvida, um livro sério, nem por isso pouco agradável. A consumir sem moderação.



CDOM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois